

Os Meandros do Congresso Nacional

Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras

Os Meandros do Congresso Nacional

AGRADEÇO A DEUS, O TODO PODEROSO DO UNIVERSO

O temor do Senhor é o princípio da sabedoria SL 111.10.

Para que vossa fé não se apoiasse em sabedoria dos homens, mais no poder de Deus.

Todavia falamos sabedoria entre os perfeitos, não porém a sabedoria deste mundo, nem dos príncipes deste mundo que se aniquilam.

Mas falamos a sabedoria de Deus oculta em mistério, a qual Deus ordenou antes dos séculos para nossa glória.

Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam.

Mas nós não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito que provém de Deus, para que pudessem conhecer o que nos é dado gratuitamente por Deus.

As quais também falamos; não com palavras de sabedoria humana, mas com as que o Espírito Santo, nos ensina.

Ora o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura, não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente.

Deus criou todas as coisas do universo. Porque sem ele nada podeis fazer. João 15.5.

Deleito-me em fazer a Tua vontade, ó DEUS meu; sim, a Tua Lei está dentro do meu coração.

Ensina-me a fazer a Tua vontade, pois Tu és o meu DEUS; guia-me o Teu bom Espírito por terreno plano e abençoa a nossa amada Nação Brasileira.

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Josué dos Santos Ferreira

Projeto Cultural

Os Meandros do Congresso Nacional

Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras



Temos a honra de parabenizar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República **Fernando Henrique Cardoso**, bem como o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura **Francisco Corrêa Weffort** pela política prioritária do Governo Federal desenvolvida especialmente na área da Cultura, que vem sendo realizada com louvor em nosso País.

Vale aqui, ressaltar a campanha “**CULTURA PELA CIDADANIA**” que visa demonstrar que cultura é um excelente instrumento de transformação social, por sua especial capacidade de geração de empregos e resgate da cidadania participativa no nosso País.

Conceito desta Obra Cultural

A utor

Deputado Josué dos Santos Ferreira

Homenagem

Aos Presidentes do
Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Senador Jader Barbalho
Deputado Aécio Neves

Guardiões do pleno exercício do Estado Democrático de Direito,
onde a confiança depositada no **Parlamento** pela **Sociedade Brasileira**
é o símbolo maior da **democracia** e da **liberdade** de uma
Forte e Soberana Nação.

Casas onde exprime-se a cidadania participativa com a “*ação parlamentar*” na
condução de soluções dos problemas sociais brasileiros, representadas pelo
Congresso Nacional.

Imbuído do espírito público de cidadania participativa é que temos a honra de
apresentar à **Sociedade Brasileira** a **Obra**
“Os Meandros do Congresso Nacional”

Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras,
visando informar e conscientizar a sociedade dos seus direitos, garantias e
defesa, dos preceitos básicos garantidos pela **Constituição Federal** à
Nação Brasileira.

*“Todo Poder emana do Povo pelo Povo e para o Povo,
e em seu nome deve ser exercido”*

Princípio Fundamental do Poder Legislativo Federal

A ator
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras

Obra de caráter:

Acadêmico, Cultural, Social, Histórico, Informativo, Educacional e Institucional

Sendo esta obra a única do gênero no país

“ Esta Obra vem preencher uma lacuna visando manter a sociedade informada de todos os trâmites operacionais da estrutura orgânica do probo Poder Legislativo Federal. Sendo este o Poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma Forte e Soberana Nação”.

A utor

Deputado J osué dos Santos Ferreira

Patrocinadores Culturais e Institucionais

Esta Obra “Os Meandros do Congresso Nacional”
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras,
torna-se possível de ser apresentada a Sociedade Brasileira
devido aos incentivos culturais da **Lei Rouanet**, e a confiança
depositada pelos nossos parceiros patrocinadores:

Apoio Governamental



Apoio Institucional



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SENADO FEDERAL



ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS - BRASIL

Apoio Acadêmico



Apoio Cultural



Apoio Editorial



Apoio Cultural



Aos quais apresentamos os nossos sinceros agradecimentos e reconhecimento a todos os participantes pelo apoio e a valorização da cultura legislativa brasileira, dando ênfase a cidadania participativa e a responsabilidade sócio-empresarial do nosso amado País.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Os Meandros do Congresso Nacional

Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras

Autor

Josué dos Santos Ferreira

1ª Edição - 2.001

Os Meandros do Congresso Nacional

Copyright © 2.001: **Josué dos Santos Ferreira**

Todos os direitos para língua portuguesa reservados para **Josué dos Santos Ferreira**.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, guardada pelo sistema “retrieval” ou transmitida de qualquer modo por qualquer outro meio, seja este eletrônico, mecânico, de fotocópia, de gravação, ou outros, sem prévia autorização, por escrito, do autor **Josué dos Santos Ferreira**.

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: Digital Press Comunicação

Foto: Image Bank Brasil Ltda.

Revisão: Prof. Dr. da USP, Hêndricas Nadólskis

Impressão: 30.000 exemplares

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação da
Faculdade de Direito da USP - Universidade de São Paulo

Ferreira, Josué dos Santos

Os meandros do Congresso Nacional / Josué dos Santos Ferreira ;
prefácio Mario Garnero; colaboradores especiais Senador Ronaldo Cunha
Lima, Ministro José Francisco Rezek, Desembargador Antônio Carlos Viana
Santos, Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira, Juiz Henrique
Nelson Calandra, Celso Ribeiro Bastos, Ives Gandra da Silva Martins, André
Ramos Tavares, Carlo Barbieri e Newton José de Oliveira Neves.
Brasília, DF : Senado Federal - Câmara dos Deputados, 2001.

p. 1030

1. Congresso Nacional, História 2. Direito Constitucional, Brasil 3. Direito
Administrativo, Brasil 4. Estudos Brasileiros 5. Organização política, Brasil
6. Organização social, Brasil 7. Poder legislativo, Brasil 8. Política e Governo,
Brasil 9. Ciência Política, Brasil 10. Problemas Brasileiros I. Garnero,
Mario, II. Lima, Ronaldo Cunha III. Rezek, José Francisco IV. Santos, Antô-
nio Carlos Viana, V. Ferreira, Marli Marques, VI. Calandra, Henrique Nelson,
VII. Bastos, Celso Ribeiro VIII. Martins, Ives Gandra da Silva IX. Tavares,
André Ramos X. Barbieri, Carlo XI. Neves, Newton José de Oliveira
XII. Os meandros do Congresso Nacional.

EDITORA FORENSE

CDD 342.81
CDU 342(81)
32(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil - Congresso Nacional - 342(81)
2. Brasil - Ciência Política - 32(81)
3. Brasil - Direito Constitucional - 342(81)

Os Meandros do Congresso Nacional

Josué dos Santos Ferreira

ISBN 85-900916-1-9

Os Meandros do Congresso Nacional

O autor da Obra “*Os Meandros do Congresso Nacional*” tem a honra de homenagear o 5º Centenário do Descobrimento do Brasil.



Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

O autor da Obra “*Os Meandros do Congresso Nacional*” tem a honra de homenagear os 150 anos do grande Estadista da República, o Político, Jurista, Escritor e Jornalista, Rui Barbosa de Oliveira.

Um Homem de idéias, presente em momentos marcantes da história brasileira, foi Ministro da Fazenda e defensor do fim da escravidão e da Proclamação da República.



“Opinião pública vigilante, representação popular honesta, justiça independente: tais os complementos necessários, os elementos integrantes de todas as cartas fundamentais.”

Rui Barbosa

**Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Josué dos Santos Ferreira**

Os Meandros do Congresso Nacional

Autor

Josué dos Santos Ferreira

Prefácio

Mario Garnero

Presidente da Associação das Nações Unidas - Brasil/AONU

Colaboradores Especiais

Senador Ronaldo Cunha Lima

Terceiro Secretário do Senado Federal

Ministro José Francisco Rezek

Juiz da Corte Internacional de Justiça - Haia

Desembargador Antônio Carlos Viana Santos

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros

Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Juiz Henrique Nelson Calandra

Vice-Presidente da Federação Latino Americana de Magistrados

Celso Ribeiro Bastos

Ives Gandra da Silva Martins

André Ramos Tavares

Carlo Barbieri

Newton José de Oliveira Neves

Deputado Federal Josué dos Santos Ferreira

Temos a honra de apresentar à Sociedade Brasileira o Projeto Cultural da ***Obra Os Meandros do Congresso Nacional - Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras***, visando contribuir com a inserção de uma nova ordem cultural, voltada a cidadania participativa em nosso amado país, aproximando cada vez mais o Povo Brasileiro do Parlamento Nacional.

Vivemos hoje em todo o mundo, nos países não plenamente desenvolvidos e, em particular, no Brasil, um rico momento da história dos povos, marcado por profundas transformações estruturais.

Quando se imaginava que os países em desenvolvimento teriam à sua disposição todo um leque de novas oportunidades para chegar mais rapidamente ao bloco dos países desenvolvidos, na esteira do fenômeno da globalização, identifica-se, agora mais claramente, a disposição de elementos que já atuam no sentido de distanciar ainda mais os países ricos dos países mais pobres.

O advento da nova economia, movimentando bilhões de dólares em todo o mundo, através de um mercado virtual e cada vez mais sofisticada tecnologia, contribui para tornar ainda mais seletivo o mundo das altas conquistas da técnica e do desenvolvimento.

A pobreza vem se acentuando em países da África, da Ásia e da América Latina, colocando bilhões de pessoas completamente à margem dos benefícios gerados pelas novas fronteiras tecnológicas e pelo desenvolvimento.

No Brasil, levamos um susto com a leitura do último relatório do PNUD, organismo das Nações Unidas, que nos atribuiu um baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano - (IDH), igualando-nos em matéria de qualidade de

vida aos países mais pobres da África.

Quase 40 milhões de brasileiros vivem hoje abaixo da chamada linha de pobreza, o que vale dizer, sem as mínimas condições de sobrevivência.

Como se não bastasse esse quadro aterrador, os brasileiros, assombrados, começaram a tomar contato com a ruptura de muitas das suas estruturas organizacionais seculares. Uma onda de irregularidades, desmandos, abusos, corrupção, crimes de toda a natureza passaram a ser denunciados de forma corriqueira, trazendo o descrédito a várias das nossas instituições. Não escaparam nem mesmo a Polícia e o Judiciário.

É diante desse quadro que a população está a exigir profundas mudanças. Algumas delas já têm sido feitas. O Estado deu início à sua retirada de vários setores antes considerados economicamente estratégicos, para reduzir o seu papel apenas aos setores considerados socialmente estratégicos.

Nos últimos anos, tem-se mexido com praticamente tudo: promoveu-se a reforma na Previdência, reforma da administração pública, reforma parcial do ensino, reforma da metodologia orçamentária e outras transformações que envolveram desde o sistema financeiro à política cambial, passando ainda pela aprovação de uma Lei da Responsabilidade Fiscal que vai, de uma forma marcante, criar os mecanismos fundamentais de moralização dos gastos com o dinheiro público em todas as esferas do Executivo.

Em todos os momentos exigidos pela sociedade, o **Congresso Nacional** fez a sua parte. Jamais esteve à margem das mudanças exigidas, mas, ao contrário, assumiu, por diversas vezes, a vanguarda das transformações, inclusive apurando muitas das denúncias feitas, a fim de restaurar a ordem, a ética e a moralidade.

Só para que se tenha uma idéia da amplitude do trabalho do Legislativo, somente o Senado apreciou nada menos que 619 matérias no ano de 1999, das quais 500 foram aprovadas e 119 arquivadas. Ao todo, foram realizadas 182 sessões plenárias, das quais 114 deliberativas.

Várias outras reformas ainda estão por serem feitas, tais como, as do sistema político-partidário, a do sistema financeiro, a do Judiciário, a reforma do sistema

tributário, e o aprofundamento da descentralização industrial do País, já iniciada só para citar as mais importantes.

É grande o trabalho que aguarda o Legislativo nos próximos anos. E o **Congresso** sente-se completamente maduro e apto a desempenhar com desenvoltura e competência esse trabalho.

O Brasil não se submete ao conformismo diante da má distribuição de renda, diante da pobreza, do mau desempenho econômico e nem dos elevados índices de desemprego.

É preciso mudar profundamente as estruturas nacionais, de modo a desenvolver mais rapidamente o País e a democratizar o desenvolvimento, garantindo que da ordem e do progresso, prescritos na nossa bandeira, participem todos os segmentos da sociedade, garantindo-se que não continuaremos a trilhar os tenebrosos caminhos da exclusão social.

Acreditamos que a leitura, a consulta, ou mesmo o estudo da **Obra *Os Meandros do Congresso Nacional - Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras***, o leitor terá uma noção bem clara de alguns dos mais importantes caminhos trilhados até aqui pela sociedade brasileira nos últimos anos, nos mais diversos setores, bem assim do destino que a espera em torno das grandes transformações desejadas. Poderá vislumbrar, também, o papel que o **Congresso Nacional** desempenhou e poderá ainda desempenhar em benefício do bem-estar social de todos os brasileiros, e do fortalecimento da democracia.

Deputado Josué dos Santos Ferreira
Autor do Projeto Cultural da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional

Os Meandros do Congresso Nacional

*A nossa vida política é trilhar caminhos com
muita coragem em benefício de todos.*

Não temos nada a temer !

Se Deus é por nós, quem será contra nós ?

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional



Deputado Josué dos Santos Ferreira

**DR. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA***Deputado Federal Suplente - PPB*

Rio Grande do Norte

51ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL

1999 - 2003

Nascido em 1969 na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, administrador de Empresas com ênfase em Finanças Corporativas pela University of California Berkeley - EUA. cursou, no Brasil, o Programa de Direção Estratégica e Planejamento Empresarial pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Residiu na Suíça na cidade de Genebra, onde cursou Francês pela Universidade de Genebra e participou dos Seminários: “Saúde, Educação e Moradia nos Países do 3º Mundo” e “Ciências Políticas”, promovido pela ONU. Residiu também na Inglaterra na cidade de Londres, onde cursou Inglês nas Escolas: Central London College e Hammersmith and West London College. Participou do Seminário “Ecologia no Brasil sobre a Floresta Amazônica”, promovido pela BBC 1 e Rede Globo. Ex-diretor-adjunto do Departamento de Comércio Exterior para Assuntos ligados ao Mercosul, da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Peruano-Brasileira, ex-representante

da Revista AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil - Poder Judiciário Federal, Ex-Assessor Parlamentar do Senado Federal, inserido nas Comissões Permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, de Educação, de Serviços de Infra-Estrutura, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Fiscalização e Controle. Membro e Delegado Ambiental do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, Membro Honorário da O.P.B. - Ordem dos Parlamentares do Brasil e Suplente de Deputado Federal pelo PPB - Partido Progressista Brasileiro do Estado do Rio Grande do Norte. Título de Membro Honorário da O.P.B. - Ordem dos Parlamentares do Brasil; Diploma de Honra ao Mérito "I CLASTAM" - Primeiro Congresso Ibero-Americano de Segurança Transnacional para Assuntos do Mercosul - "Reconhecimento por sua luta e importante contribuição, à causa da Segurança Transnacional do Mercosul" das Entidades de Classe da Polícia Federal do Brasil; Diploma Honorífico "Deputado Ulysses Guimarães" - "Democracia através do Parlamentar Brasileiro" da O.P.B. - Ordem dos Parlamentares do Brasil; Troféu Brasil - "Deputado Ulysses Guimarães" - "O Senhor Diretas" da O.P.B. - Ordem dos Parlamentares do Brasil; Medalha de Ouro "Deputado Ulysses Guimarães" - "Valorização da Democracia no Brasil" da O.P.B. - Ordem dos Parlamentares do Brasil; Medalha de Prata "Deputado Ulysses Guimarães" - "Valorização do Parlamento Nacional" da O.P.B. - Ordem dos Parlamentares do Brasil; Placa de Bronze comemorativa do Conselho do Projeto Cultural e Institucional Brasil 500 anos, Conferência "Ações e Soluções Tributárias", da ABEEJ - Agência Brasileira de Eventos e Estudos Jurídicos e Placa de Aço comemorativa do Conselho do Projeto Cultural e Institucional Brasil 500 anos, Conferência "Como Vencer nas Eleições" - Direito, Ética e Marketing Político Eleitoral.

República Federativa do Brasil

Tribunal Regional Eleitoral

Rio Grande do Norte

Diploma

O Desembargador Ivan Merra Lima, Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, usando das suas atribuições legais, outorga o presente diploma a

Josué dos Santos Ferreira

Eleito

4º Suplente de Deputado Federal

pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, da Coligação "Unidade Popular" (PMDB, PPB, PSM, PPS, PAN, PSC, PSD, PT do B e PRB), tendo obtido 4.323 (quatro mil, trezentos e vinte e três) sufrágios, conforme consta na Ata Geral das Eleições de 4 de outubro de 1998, no Estado do Rio Grande do Norte, na forma dos artigos 197, IV e 215 e seu parágrafo único, do Código Eleitoral e artigo 81, e seu parágrafo único, da Resolução nº 20.103, de 3 de março de 1998, do Colegiado Tribunal Superior Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 17 de dezembro de 1998.

Desembargador Ivan Merra Lima

Presidente



MARIO GARNERO

Presidente da Associação das Nações Unidas - Brasil/AONU

Nascido em 15 de agosto de 1937, em Campinas, Estado de São Paulo, Casado com Sra. Maria Antonietta do Amaral Prestes Garnero. Filhos: Mario Bernardo, Alvaro Luiz, Fernando Eduardo e Antonio Fernando. **Formação Acadêmica:** Direito - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e cursos de Administração nos Estados Unidos e Alemanha. **CARGOS EXERCIDOS:** Presidente, Centro Acadêmico 22 de Agosto, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Presidente, INES - Instituto Nacional de Estudos Superiores; Membro do Conselho, Cisper - Owens (Illinois, Subsidiária); Diretor, Monteiro Aranha S.A. Presidente, Fundação Projeto Rondon; Presidente, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA; Presidente, Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Veículos Similares - SINFAVEA; Diretor de Relações Industriais, Volkswagen do Brasil S.A.; Diretor Jurídico, Volkswagen do Brasil S.A.; Presidente, Confederação Nacional da Indústria - CNI; Presidente Executivo, Grupo Brasilinvest; Presidente do Conselho de Administração,

ITT - Standard Electrica S.A; Vice Presidente, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo / Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP/CIESP; Membro, Comissão Nacional de Energia; Presidente do Conselho de Administração, Nec do Brasil S.A. **CARGOS ATUAIS:** Presidente do Conselho de Administração, Grupo **Brasilinvest**; Presidente do Conselho de Administração, **Fórum das Américas**; Presidente, **JURISUL**- Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul e a Integração Continental; Presidente, **Associação das Nações Unidas - Brasil**. **OUTRAS ATIVIDADES:** Consultor Institucional - Fiat SpA (1984/1985). **LIVROS:** Carta de Salzburgo – Edição ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - 1975; Energia, O Futuro é Hoje – Edição ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - 1980; **Jogo Duro** - Editora Best Seller - 1988; Imperativo do Diálogo – Editora Fórum das Américas – 1983; Porque Acredito – Edição Instituto Evaldo Lodi – Fórum das Américas - 1983. **Artigos Publicados - Período 1997 / 2000:** Carga Tributária Nacional - Correio Popular e Correio Braziliense (1997); Tempo de Globalização – Correio Popular (1997); Visões Diferentes – Diário do Comércio e Indústria(1998); A Maxi Redentora – Correio Popular e Correio Braziliense (1998); Como Cultivar um Ataque Especulativo – Folha de São Paulo(1998); Luta Contra o Tempo – Folha de São Paulo (1998); A Mercê das Tempestades – Correio Braziliense (1998); O País e a Falta de Credibilidade – Correio Popular (1999); **Brasil-Argentina:** Parcerias para o Século 21 – Gazeta Mercantil(1999); The World Bank in Brazil – Leaders Magazine (1999); Teorias do Imobilismo – Jornal da Tarde (2000). **PRÊMIOS:** Cidadão Paulistano – Câmara Municipal de São Paulo, 1962; Grão Mestre da Ordem do Mérito Militar - Brasília Homem do Ano - Câmara de Comércio Brasil / EUA, 1984; Medalha Pacificador – Marechal Rondon; Grão Cavaleiro da Ordem do Mérito Anhanguera – Goiás; Mérito Industrial – Federação das Indústrias do Estado do Piauí; Homem de Visão – Troféu Padre Anchieta; Prêmio Visconde de Cayru; Amigo da Marinha; Homem de Vendas do Ano – Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil – 1980.



ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS - BRASIL



Mario Garnero
Associação das Nações Unidas - Brasil/ONU

Direitos Humanos, Imperativo Moral e Constitucional

Fiquei honrado com o convite do **Nobre Deputado Federal Josué dos Santos Ferreira**, para integrar com o prefácio a Obra de sua autoria, denominada: *"Os Meandros do Congresso Nacional"- Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*, tendo sido elaborada em conjunto com seus pares, entre eles destacam-se alguns dos mais renomados juristas do país e autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário. Fico muito grato, até porque esta Obra é um marco na história literária brasileira, dentro de um novo conceito de **Direitos Humanos, Imperativo Moral e Constitucional**, o qual está fundamentado na **"Declaração Universal dos Direitos Humanos"** documento este em defesa maior da cidadania, da liberdade e da justiça social, defendida assiduamente pelas Nações Unidas, sendo a Obra *"Os Meandros do Congresso Nacional"*, avalizada pela **Associação das Nações Unidas - Brasil/ONU**, dada a seriedade e a importante relevância para a Nação Brasileira no "aspecto" Político, Social, Cultural e Informativo, que é decisiva na formação dos Direitos Humanos e a conscientização civil e democrática para o pleno exercício da cidadania do povo brasileiro no Estado Democrático de Direito

A instalação da **Associação das Nações Unidas - Brasil/ONU** é resultado do encontro, realizado dia 21 de maio de 1998, em New York entre o secretário-geral das Nações Unidas, **Kofi Annan**, e o empresário **Mario Garnero**, presidente do Fórum das Américas. As Associações, presentes em mais de 80 países, ocupam-se da aproximação entre a ONU e a sociedade civil, com destaque para o setor empresarial. A Federação Mundial das Entidades tem, entre seus presidentes de honra, **Nelson Mandela**, ex-presidente da África do Sul, e **Maurice Strong**, que foi o secretário-geral da ECO-92, encontro mundial sobre o meio ambiente, realizado no Rio de Janeiro.

A **Associação das Nações Unidas-Brasil** já conta com mais de dois anos desde sua inauguração, no Parlatino, em São Paulo, com a presença do

secretário-geral da ONU, **Kofi Annan**. Nesse período, na tarefa de aproximação entre a sociedade civil e os objetivos previstos na **Carta das Nações Unidas**, quisemos dedicar uma atenção toda especial ao tema dos **Direitos Humanos**. Em sua primeira edição o Prêmio Direitos Humanos da Associação homenageou, em caráter de aclamação, o então Secretário Nacional dos Direitos Humanos e hoje Ministro da Justiça, **José Gregori**.

Nos Estados Unidos, a entidade similar conta com um orçamento de quatro milhões e quinhentos mil dólares, oriundos de 300 empresas e 35 mil pessoas associadas em todo o país. A sociedade é beneficiada em seu relacionamento com a ONU. A Organização participa da definição, por exemplo, de padrões e normas técnicas que são fundamentais na economia globalizada em áreas estratégicas, tais como: telecomunicações, transporte marítimo e propriedade intelectual. A **Associação das Nações Unidas - Brasil/ONU**, foi inaugurada em 14 de julho de 1998, em São Paulo, com a honrosa presença do secretário-geral da ONU, **Kofi Annan**, nesse ato dando posse ao empresário **Mario Garnero**, como presidente da entidade no Brasil.

O Brasil, por descasos do passado, sofre atualmente do inevitável processo da globalização da economia e da informação, onde o instrumento básico é a **educação**. Vivemos tempo de valores e problemas globalizados, interdependentes e multidisciplinares - palavras às vezes rebuscadas, que utilizamos para dizer que o mundo é cada vez menor e que "tudo se relaciona com tudo".

Embora o Brasil esteja entre os países que mais reduziram a pobreza absoluta - segundo relatório do Banco Mundial - o percentual de pessoas que vivem com até 1 real e 80 centavos por dia caiu apenas de 17% a 15% em vinte anos - de 77 a 97, como aponta relatório da **Organização das Nações Unidas**.

Mas temos hoje a realidade positiva de 38 milhões de crianças em escolas. É a educação, ao lado da estabilidade econômica obtida e da solidez das instituições democráticas, o fator básico nivelador da renda e gerador da **justiça social**. Sem educação não há **cidadania**. Sem respeito aos **direitos humanos** não há desenvolvimento. Neste mundo do novo milênio, a questão dos direitos civis e políticos não é somente o imperativo moral que deve pautar a condição da pessoa humana.

Infelizmente, a imagem brasileira é abalada, ainda hoje, por casos de violação de direitos humanos. Neste quadro - com dificuldades econômicas próprias da adequação do País à globalização - chama a atenção o reconhecimento de que o processo de globalização trouxe até agora mais progresso aos países desenvolvidos do que aos em desenvolvimento, como disse o diretor-geral do Fundo Monetário Internacional - FMI, **Horst Köeler**.

A desigualdade social que vemos nos países em desenvolvimento, vemos também entre as diferentes nações. As mais ricas e os mais pobres. Mas devemos saber que 17% da população dos Estados Unidos, o país líder da economia mundial, vive abaixo da linha da pobreza. As soluções, portanto, são complexas, fogem a análises lineares.

Não basta somente o empenho do Governo - e o **Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso**, precisamos reconhecer, conquistou avanços no campo social em especial na educação, praticando modelos que podem ser copiados no exterior.

Temos uma série de problemas, sim, mas a população brasileira está superando, passo a passo, suas dificuldades. Precisamos manter nossa autoestima elevada, quando vemos que a indústria retoma seu desenvolvimento, o índice de emprego começa a dar sinais de crescimento, os riscos de novas crises na economia estão mais reduzidos.

Traz boa esperança dizer que o Banco Mundial indica-nos como 9ª potência econômica mundial, com um Produto Interno Bruto, a produção de todos os brasileiros, de 1,07 trilhão de dólares pelo critério de paridade de nosso poder de compra.

Reafirmo que, sem educação, não há cidadania. Assim, a ponte que temos de lançar para o futuro é construída todos os dias pelo **Programa de Alfabetização Solidária** e pela **ANDI**, a **Agência Nacional dos Direitos da Infância**, premiados pela **Associação das Nações Unidas Brasil** como Entidade de Ação Pública e Privada.

O Programa de Alfabetização Solidária desenvolve, de forma criativa e inovadora, parceria com empresas, universidades, pessoas físicas, prefeituras e o Ministério da Educação, contra esse inimigo terrível dos direitos humanos e do desenvolvimento social e econômico que é o analfabetismo.

Em igual medida atua a Agência Nacional dos Direitos da Infância. Voltada à fase mais decisiva da formação do caráter da pessoa humana, a ANDI concentra-se na criança e no adolescente para substituir o desconhecimento sobre o valor dos direitos humanos pela conscientização civil e democrática. Poucas atividades poderão ser mais nobres do que esta.

Lembro que introduzi, então como diretor da **Volkswagen**, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a **Universidade do Trabalhador**, com cursos de alfabetização na empresa que podiam levá-lo até a pós-graduação de nível superior. Desde então, acredito firmemente que a iniciativa privada pode contribuir com programas educativos próprios. Atuar na educação é essencial.

Ela é a garantia dos valores democráticos e do nosso desenvolvimento social.

Dados todos estes preceitos e dentro do mesmo espírito de **Cidadania Participativa** e dos **Direitos Humanos**, tenho a honra de contribuir prefaciando a Nobre Obra "**Os Meandros do Congresso Nacional**" - *Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*, sendo esta uma Obra de caráter *Acadêmica, Social, Cultural, Política, Histórica, Educacional, Informativa e Institucional*, bem como é a única do gênero no país. Com certeza esta Obra vem abrir novos caminhos para a **Sociedade Brasileira**, evidenciando na íntegra todas as ações sobre o **Processo Legislativo Federal no Congresso Nacional** e de suas respectivas Casas: **Câmara dos Deputados e Senado Federal**, a onde exprimi-se a real condição de buscar no Poder Legislativo, a igualdade de justiça social nos Direitos Fundamentais da Humanidade, tendo em vista que a função precípua do Poder Legislativo é de assegurar a Democracia, a Defesa dos Preceitos Constitucionais e a Soberania Nacional.

Dessa forma, a Obra "**Os Meandros do Congresso Nacional**" - *Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*, vem propiciar à **Nação Brasileira** dentro de uma nova visão política e social, valores inestimáveis ao Brasil, criando um novo paradigma educacional e um novo ciclo de contribuição ao País, de maneira a estabelecer um novo conceito de **Cidadania Participativa junto ao Parlamento Nacional**. Creio também, que dada a importância e a relevância da Obra "**Os Meandros do Congresso Nacional**", principalmente no campo acadêmico, a Obra certamente fará parte integrante como fonte de pesquisas, consultas e estudos permanentes nas **Universidades, Faculdades e Escolas** de todo o país, dando ênfase para a inserção também da constituição da nova disciplina: a "**Cadeira de Direito Parlamentar**" no Brasil.

É sem sombra de dúvidas, um marco na história das Instituições Democráticas e do Povo Brasileiro, pelo simples fato de conscientizar e instruir a Sociedade a participar, sugerir e cobrar dos Parlamentares as ações necessárias ao pleno desenvolvimento do país, focando especialmente os **direitos do cidadão**, que não poderia jamais deixar de contar com o apoio institucional da **Associação das Nações Unidas - Brasil/AONU**.



Mario Garneró

Presidente da Associação das Nações Unidas - Brasil/AONU



SENADOR RONALDO CUNHA LIMA

Terceiro Secretário do Senado Federal

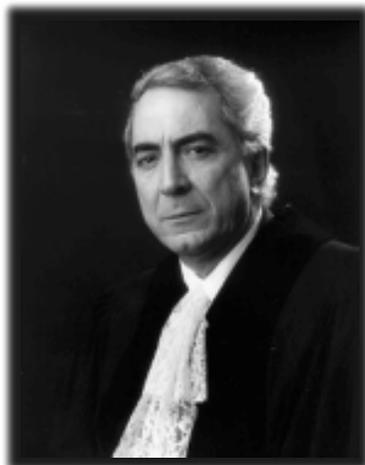
Biênio: 2001 - 2003

PMDB - Paraíba

51ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL

Nascido em 18 de março de 1936. Casado com a Sra. Glória Rodrigues Cunha Lima Filhos: Ronaldo Filho, Glauce, Cássio e Savigny. Formação Acadêmica: Advogado (formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba). Atividade Profissional: Promotor de Justiça no Estado da Paraíba; Professor de Prática Jurídica; Professor de Português e Literatura; Advogado militante nos Fóruns dos Estados da Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro (1969/1982); Membro do Conselho Federal da OAB, durante oito anos. Atividade Política: Vereador pelo município de Campina Grande (1960/1962); - Deputado Estadual da Paraíba (1962/1966); - Deputado Estadual da Paraíba {reeleito} (1966/1969); - Prefeito do município de Campina Grande (1º de janeiro a 13 de março de 1969), quando teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar; - Prefeito do município de Campina Grande (1982/1988); - Governador do Estado da Paraíba (1991/1994); - Senador da República (eleito para o período de 1995/2003); 2º Vice Presidente da Comissão Executiva Nacional do PMDB. Secretário Geral da Associação dos Parlamentos Americanos (1998). Atividade Legislativa no Senado Federal: Presidente da Comissão Especial destinada a apreciar o Projeto do novo Código Civil; - Membro da União Interparlamentar; - Membro do Grupo Interparlamentar de Turismo; - Membro Titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Fev/95 a Jan/97); - Membro Titular da Comissão de Assuntos Sociais (Fev/95 a Jan/97); - Relator da Proposta de Emenda Constitucional nº 39/95 (Emenda nº 9/95) que flexibiliza o monopólio do petróleo; - Autor da PEC nº 54/95 que dispõe sobre Efeito Vinculante; Primeiro-Secretário da Mesa Diretora do Senado

Federal - Período (Fev/1997 a Fev/1999) sendo reeleito para o período fev/99 a fev/2001; Primeiro Vice-Líder do PMDB no Senado Federal (fev/1995 a Fev/97). Missões no Exterior: Missão do Ministério da Integração Regional - MIR, chefiada pelo Secretário Executivo e Governadores do Nordeste junto ao BID(1993); - Conferência no México sobre Desenvolvimento Social e Pobreza(1993); Conferência sobre o tema Interacción de la comunidade y el medio ambiente em las actividades productivas - México (1993); Integrante da Delegação Brasileira junto à 93ª Conferência da União Interparlamentar - Madri/Espanha (1995). "Primer Encuentro de Secretários de parlamentos Americanos", realizado de 26 a 28 de novembro de 1998, na cidade de Santa Fé Bogotá, Colômbia. Condecorações: Medalha "Tiradentes" da Loja Maçônica Regeneração Campinense - Campina Grande/PB (1986); - Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no Grau de Grã Cruz - Brasília/DF (1991); - Grande Medalha da Inconfidência – Ouro Preto/MG (1992); - Medalha do Mérito Universitário - Universidade Estadual da Paraíba - Campina Grande/PB (1994); - Comenda de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar (1994); - Cidadão distinguido de San Cristóbal de Las Casas (México-1993); - Medalhas Tobias Barreto – Faculdade Direito de Recife (1997) -: Diversos títulos honorários de Municípios da Paraíba e de outros Municípios Brasileiros. Atividade Cultural: Membro da Academia de Letras de Campina Grande; - Membro da Academia Paraibana de Letras; - Membro do P.E.N. Club do Brasil. Publicações políticas: Estado e Município na Reprodução do Espaço - 1985 Palestra proferida no II Encontro sobre Alternativas Econômico-sociais para o Desenvolvimento do Nordeste - A União Superintendência de Imprensa e Editora – PB Ideal e Compromisso – 1991 Discurso de posse como governador da Paraíba Flexibilização do Monopólio do Petróleo – 1995 Relator da Emenda à Constituição que altera o § 1º do art. 177 da Constituição Federal; Homenagem Póstuma ao Governador Antonio Mariz- 1995; A Paraíba segue em Frente - 1996; A seu serviço I - Atividade Parlamentar (1995/1996)- 1996; LDO (Lei da Diretrizes Orçamentária) – 1996 Relator da Lei 9.293/96, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para 1997; Chamada Escolar Desejo de Aprender - 1997 Redução da taxa de analfabetismo na Paraíba no período de 1991 a 1995; O Voo do Condor - 150 anos de nascimento de Castro Alves – 1997; Estados e Municípios - Por um Desenvolvimento Regional Equilibrado – 1997; Trabalho Humano – 1997 Comentários sobre o desemprego no Brasil; Do Efeito Vinculante – 1997; O Poder Judiciário na Reforma da Previdência (PEC 33/96) – 1997; Legislação Eleitoral – 1997; Novo Código Civil (Uma Nova Consciência Social) – 1997; A transposição das Águas do Rio São Francisco - 1998; Sede de Viver (Boqueirão – ameaça de um colapso)–1998; Em Defesa da Língua Portuguesa – 1998; 3 seis, 3 setes, 3 oitos, 3 noves (Grito das Águas)–1999; Homenagem póstuma a Humberto Lucena – 1999; A seu serviço II– Atividade Parlamentar (1996/1998)- 1999; Efeito Vinculante - 1999; Frentes de Emergência (Programa de Renda Mínima – Uma solução Definitiva) - 2000. Obras Literárias: Recital sem Limite (Disco com declamações de poemas seus e de Augusto dos Anjos); Poema Cotidiano – 1980; Discursos de Parainfo - Edição Independente– PB -1987, Habeas – Pinho (petição para liberar um violão); Poemas de Sala e Quarto - Geração Editorial– SP - 1992; 13 Poemas - Seara Nova Editores– SP – 1993; A Serviço da Poesia Discurso de Recepção e Posse no P.E.N. Club do Brasil -Centro da Associação Mundial de Escritores- RJ - 1993 Cadeira 14- Discurso de posse na Academia Paraibana de Letras –1994; Versos Gramaticais - Massao Ohno Editor– SP – 1994. Livro- 50 Canções de Amor e Um Poema de Espera - A União Superintendência de Imprensa e Editora– PB -1997; CD- 50 Canções de Amor e Um Poema de Espera – 1997; Livro dos Tercetos - Breves e leves poemas-1998; Legado poético – Edição Comemorativa ao Centenário de Morte do Poeta Cruz e Sousa – Editora Gráfica Agnus, 1998.



MINISTRO JOSÉ FRANCISCO REZEK

*Juiz da Corte Internacional de Justiça - Haia
Membro deste Tribunal desde 6 de fevereiro de 1997*

Nascido em 18 de janeiro de 1944, em Cristina (MG). Bacharel em Direito (1966); Departamento de Educação e Ciência (1967): Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG); Doutor pela Universidade de Paris - Sorbonne (1970); Diploma em Direito - Universidade de Oxford (1979); Cursos de extensão e programas de pesquisa: Universidade de Harvard (1965); Academia de Direito Internacional de Haia (1968, 1970). Professor de Direito Internacional e Direito Constitucional na Universidade de Brasília (1971-1997). Diretor do Departamento de Direito (1974-1976); Diretor da Faculdade de Estudos Sociais (1978-1979). Professor de Direito Internacional no Instituto Rio Branco (escola oficial de diplomacia do Brasil (1976-1997). Conferencista na Academia de Direito Internacional de Haia (1986) e no Instituto de Direito Público Internacional e de Relações Internacionais em Thessaloniki (1989). Presidente de Mesa em congressos, conferencista e examinador em concursos para professores nas principais universidades brasileiras (desde 1971). Procurador

da República perante o Supremo Tribunal Federal (1972-1979). Procurador Geral da República (1979-1983). Ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado pelo Presidente com a aprovação do Senado, em março de 1983, com a idade de 39 anos. Renunciou ao cargo em março de 1990. Nomeado novamente para o cargo em abril de 1992; aposentou-se em 1997. Ministro das Relações Exteriores do Brasil (de março de 1990 a abril de 1992). Membro da Corte Permanente de Arbitragem (desde 1987). **Trabalhos publicados:** *A Lei dos Tratados* (em português), 1984; *Direito Público Internacional* (em português), 1a. ed., 1989, 7a. ed. 1997; *Droits des traités; particularités des actes constitutifs d'organisations internationales*, 1968; *La conduite des relations internationales dans le droit constitutionnel latino-américain*, 1970; "Aspectos elementares do Estatuto da Igualdade", in *Boletim do Ministério da Justiça*. No. 277, 1978; "Reciprocity as a Basis of Extradition", in *British Year Book of International Law*, Vol. 52, 1981; "Protection of the Victims of Armed Conflicts: Wounded, Sick and Shipwrecked", in *International Dimensions of Humanitarian Law*, Unesco, Institut Henry Dunant, 1988 (precedido por uma edição francesa, 1986); "Le droit international de la nationalité", Academia de Direito Internacional de Haia, *Recueil des Cours*, vol. 198, 1986; "Sur le fondement du droit des gens", in *Essays in honour of Krzysztof Skubizewski*, 1996; "A New International Order", in *Review of International Affairs*, 1990; "Una política comercial para los nuevos tiempos", in *Revista Latinoamericana de Integración*, 1991; "Imunidade do Estado estrangeiro à juristificação local", in *Hector Gross Espiel liber amicorum*, 1997. Aproximadamente 45 monografias e outros estudos legais publicados no Brasil em periódicos especializados. Proferiu mais de 300 pareceres em nome do Ministério Público em processos apresentados ao Supremo Tribunal Federal e publicados na sua Revista trimestral (1972-1983). Emitiu acima de 500 votos divergentes no Supremo Tribunal Federal, publicados em sua Revista trimestral e em outros periódicos (1983-1995).



DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS VIANA SANTOS

*Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJ/SP*

Nascido em 1942, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo. Casado com Sra. Maria Emília Cassiano do Nascimento Viana Santos. **Filhos:** Jayme dos Santos e Julietta Viana dos Santos. **Formação Educacional:** Superior - Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – Turma de 1965. Curso de pós-graduação, a nível de Mestrado em Direito Civil e Processual Civil, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, de 1977 a 1979. **Atividades Jurídicas e Culturais:** Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito Padre Anchieta, de Jundiaí. Chefe do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito Padre Anchieta de Jundiaí, no período de maio de 1969 a novembro de 1979. Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Alta Paulista, de Tupã. Chefe do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da Alta Paulista, de Tupã, no período de março de 1970 a outubro de 1972. Professor Assistente, por concurso público, de Direito Civil do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Taubaté – UNITAU, a partir de 1974. Membro da Comissão para emitir Parecer e eventual

Substitutivo à Minuta de Anteprojeto sobre “Juizados Especiais para Julgamentos das Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo”, do Tribunal de Alçada Criminal, conforme Portaria nº 8-GP, de 06.05.1988. Curso sobre Divórcio, Separação e Anulação de Casamento – União Estável e Sociedade de Fato. Promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 03 e 04 de maio de 1990. Coordenador do Curso de Aperfeiçoamento/1991 – 2º Semestre, sobre “Associação de Magistrados, Corporativismo e Função Legislativa”, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, realizado nos dias 05 e 06.12.1991. Expositor no VIII Curso de Iniciação Funcional do 162º Concurso de Ingresso à Magistratura, com o tema “Provas Técnicas”, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 16.07.1992. Expositor no Curso “Aspectos Relevantes sobre Juizados Especiais”, sobre o tema “Conselho Supervisor dos Juizados e Matéria Revisional”, promovido pelo Centro de Estudos “Ministro Pedro Chaves”, realizado na Faculdade de Direito de Santos. Palestra proferida sobre o tema “Novas Abordagens do Papel Político do Juiz”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários “Desembargador Edgard de Moura Bittencourt” – Araçatuba, em 16.07.1994. Palestra proferida sobre o tema: “O Papel Político do Juiz”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários de Campinas e Região, em 21.10.1994. Palestra proferida sobre o tema: “O Papel Político do Juiz”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários “Ministro Pedro Chaves” – Santos, em 22.12.1994. Debatedor na Palestra sobre o tema: “Novo Regramento Jurídico para o Concubinato”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Desembargador Heráclides Batalha de Camargo”, em 06.04.1995. Palestra sobre o tema: “Juizados Especiais para delitos de menor potencial ofensivo”, proferida no 3º Encontro de Magistrados, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários “Desembargador Nelson Ferreira Leite” – Jales, Votuporanga e Fernandópolis e Centro de Estudos Judiciários “Professor Manoel Pedro Pimentel” – Andradina, realizado na Comarca de Fernandópolis, em 06.05.1995. Expositor do Curso de Atualização Funcional – 2ª parte, aos Juizes do 163º Concurso de Ingresso à Magistratura, sobre o tema: “Jurisprudência da Segunda Seção Civil do Tribunal de Justiça”, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 30.06.1995. Palestra proferida no 5º Encontro de Magistrados, com o tema: “Magistratura – Instituição e Atuação da Associação Paulista”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciais “Desembargador Nelson Ferreira Leite – Jales, Votuporanga e Fernandópolis e Centro de Estudos Judiciários “Professor Manoel Pedro Pimentel” – Andradina, em 07.10.1995. Expositor da palestra sobre o tema: “Dos Juizados Especiais Cíveis”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciais de Campinas e Região, em 18 e 19.10.1995. Conferência sobre o tema: “Implantação dos Juizados Especiais Criminais no Estado de São Paulo: Estrutura –

Funcionamento e Competência – Propostas de Regulamentação”, no 3o Ciclo de Debates “Juizados Especiais Criminais, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, patrocinado pela Associação Paulista de Magistrados, tendo a colaboração da APAMAGIS, Editora Revista dos Tribunais e Ministério Público do Estado de São Paulo, em 26.10.1995. Palestra sobre “Os juizados especiais – o primeiro discurso do novo presidente da Apamagis”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciais de Campinas e Região, em 13.12.1995. Expositor da aula sob o tema: “Processo Civil 1”, aos Estagiários do 5o ano de Direito, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 05.02.1996. Expositor do tema: “APAMAGIS” e reformas constitucionais nos âmbitos administrativo, judiciário e previdenciário”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Desembargador Edgard de Moura Bittencourt” – Araçatuba, em 13.04.1996. Expositor do tema: “Magistratura – Instituição – Atuação da APAMAGIS”, no Encontro de Magistrados, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Desembargador Nelson Ferreira Leite e Prof. Manoel Pedro Pimentel”, em 22.06.1996. Participante dos “Debates sobre Aspectos Práticos dos Juizados”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Desembargador José de Castro Duarte” – São José do Rio Preto, em 27.09.1996. Presidente do evento “O Novo Código de Processo Civil”, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, Instituto dos Advogados de São Paulo e Centro de Estudos e Pesquisas – 1o TAC em 11.10.1996. Conclusões e Encerramento do 1o Encontro SP/MS “O Primeiro Ano da Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) – Aspectos Práticos” – Encontro Anual de Centros de Estudos da Escola Paulista da Magistratura, em 22.11.1996. Palestra proferida no “1o Encontro de Magistrados de Águas de Santa Bárbara”, sobre o tema: “Magistratura e Reformas Constitucionais”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Desembargador Edgard de Moura Bittencourt” e “Dr. Hely Lopes Meirelles” (vinculados à Escola Paulista da Magistratura), em 21.03.1997. Palestra proferida sobre o tema: “Reformas Constitucionais do Poder Judiciário”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Juiz Roberto da Costa Orlandini” (vinculado à Escola Paulista da Magistratura), em Piracicaba, em 11.06.1997. Palestra sobre o tema: “A Associação Paulista de Magistrados”, proferida no 1o Curso de Aperfeiçoamento a Magistrados do 167o Concurso de Ingresso na Magistratura, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 13.06.1997. Palestra sobre o tema: “Reformas Constitucionais”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciais de Campinas e Região (vinculado à Escola Paulista da Magistratura), em 26.06.1997. Palestra sobre o tema: “Reforma Constitucional e Poder Judiciário”, proferida no Ciclo de Estudos promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Desembargador Edgard de Moura Bittencourt”,

em 05.07.1997. Palestra proferida sobre o tema: “Reformas Constitucionais”, evento promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – CEDES “Dr. Hely Lopes Meirelles” (vinculado à Escola Paulista da Magistratura), realizado no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Assis, em 08.10.1997. Palestra proferida no 4o Curso de Aperfeiçoamento aos Magistrados aprovados no 170o Concurso de Ingresso na Magistratura, em 11.11.1998. Integrante da Comissão de Desembargadores participantes do Projeto de Estudos sobre a “Reforma do Poder Judiciário”. Designado conforme portaria n. 22, de 19.11.1998.

Pareceres: Do Conselho Federal de Educação para a cadeira de Direito Civil, número 491 e 3882. **Trabalhos Publicados:** DISTINÇÃO entre prescrição e decadência. In: Revista de Processo - São Paulo, RT, 18:18,1980. TRIBUNAL de Justiça Supranacional do Mercosul (1o Congresso de Magistrados do Mercosul). In: Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo – FMU/SP. 16:23-37, 1996. TRIBUNAL de Justiça Supranacional do Mercosul – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande de Sul – Magistratura e Mercosul – 195, novembro/1998. TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUPRANACIONAL: Aspectos da Jurisdição no Mercosul – Revista da AJURIS, 1997. TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUPRANACIONAL DO MERCOSUL – Revista Anamatra, ano 9, n.30, fev/mar, Brasília, 1997. ESTADO NACIONAL E JURISDIÇÃO SUPRANACIONAL – Revista da Escola Paulista da Magistratura e Associação Paulista de Magistrados, ano 2, n. 2, jan/abr, 1997. TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUPRANACIONAL DO MERCOSUL – Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, Série Internacional, ano 10, n. 16, jul/dez, 1996. ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO E JURISDIÇÃO, SOBERANIA E JURISDIÇÃO SUPRANACIONAL – Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, Série Nacional, ano 10, n. 17, jul/dez, 1996. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO – Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, n. 4, 1997. TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUPRANACIONAL DO MERCOSUL – I Congresso de Magistrados do Mercosul – Anais – 1997, Associação dos Magistrados Catarinenses. GARANTIAS E IMPEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA – Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ – Volume 1, n.4, Edição Especial, 1998. INTEGRAÇÃO DOS PODERES JUDICIÁRIOS NAS AMÉRICAS – Revista da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB – Edição Especial da V Semana de Integração Jurídica Interamericana, 1999. CURSO DE ALTOS ESTUDOS NAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA – Anais do I Congresso Mundial das Escolas da Magistratura – Edição Especial da Escola Paulista da Magistratura, 1998. Eleito Membro Titular da Academia Paulista de Magistrados.



DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI MARQUES FERREIRA

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nascida em 17 de abril de 1949, na Cidade de São Paulo. **CURSO DE GRADUAÇÃO - FACULDADE PAULISTA DE DIREITO DA PUC-SP - 1971. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:** Procuradora do Departamento de Estradas de Rodagem do Município de São Paulo - DERMU/SP, tendo atuado em Desapropriações e Assessoria do Conselho Rodoviário Municipal para licitações públicas. Procuradora Concursada da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo atuado nos Departamentos de Desapropriações e Departamento Judicial, este nas seguintes áreas: Responsabilidade Civil (culpa contratual e extra-contratual); Funcionários Públicos e Ação Popular. Juíza Federal na Seção Judiciária de São Paulo, tendo ingressado na carreira em fevereiro de 1988, e assumindo, na condição de Juíza Titular as seguintes Varas: 1ª Vara Federal de Santos, tendo sido designada para implantar a 1ª, 3ª e 4ª Varas, e organizado todo o setor administrativo do Fórum da subseção Judiciária de Santos, tendo ali permanecido de agosto de 1988 até outubro de 1991, quando foi removida, a pedido, para a Capital. 9ª Vara Federal Cível da Capital - de outubro de 1991 a julho de 1995. Juíza Federal convocada para substituir no E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de março a maio de

1995. Juíza Federal promovida ao E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tendo sido empossada em 04 de agosto de 1995, assumindo suas funções junto à 2ª Seção - 6ª Turma da Corte. Membro efetivo da Comissão de Jurisprudência do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região desde 1995. Palestrante convidada para o Curso de Iniciação de Novos Juizes da Escola de Magistrados do TRF da 3ª Região - 1996 - 1997 e 1998. Membro da Comissão do VIII Concurso Público de Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região. (1998). Presidente da Comissão do IX Concurso Público de Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região. (1999). Assistente do Curso de Especialização em Direito Público para Juizes Federais e Magistrados do TRF da 3ª Região e PUC-SP. (1999). Presidente da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. (1999 a 2001).

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL: Mestrado em Liberdades Públicas pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - 1978, tendo cursado as seguintes disciplinas: Liberdades Públicas I e II; Tipos de Estado Moderno I, II e III; Direito Urbanístico I e II; Sociologia Jurídica I e II e Filosofia do Direito. Cursos de Aperfeiçoamento e Extensão Universitária: I Curso Básico de Direitos Humanos Centro de Informações da ONU e Instituto Brasileiro de Direitos Humanos 1970/1971; Curso de Especialização em Direito Administrativo - PUC-SP - 1972; Curso de Alto Nível sobre os Instrumentos de Proteção dos Direitos Individuais - USP - AJUFE - APR-SP e AAPMS) - 1979; I Curso de Economia do Direito e das Leis para Juizes Federais - Universidade Santa Úrsula - RJ - 1995; “Curso de Mercado de Capitais para Juizes Federais” IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - 1994: Mercado de Capitais; Mercado de Renda Fixa; Mercado de Renda Variável e Mercado de Derivativos. “XXI Simpósio Nacional de Direito Tributário” – OUT/1996; Curso de Psicologia Judiciária - Ministrado pelo Procurador Geral Adjunto do Ministério da Solidariedade e Justiça de Portugal, Dr. Almiro Rodrigues - TRF da 3ª Região - ABR/1997. “Curso de Atualidades – Processo Civil e Processo Penal” – PUC-SP – Escola de Magistrados do TRF da 3ª Região – NOV/1997; “Curso de Especialização em Direito Público” PUC (COGEAE) – SP – TRF da 3ª Região, em andamento. (SET/1998); Mestrado em Processo Civil – PUC-SP (em andamento).

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS: Seminário sobre a Modernização da Justiça Federal de 1ª Instância – Conselho da Justiça Federal – Brasília – OUT/1994. 2ª Jornada de Estudos Judiciários – Conselho da Justiça Federal – Brasília – MAI/1995. Seminário Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da Privatização – Escola Nacional de Magistratura – MAI/1998. I Seminário de Especialização em Direito Ambiental - Manaus - Environmental Law Institute - ELI - 1994. Congresso Internacional de Direito Comunitário - JURISUL - Ouro Preto - MG - SET/1996. Seminário Nacional da OMPI sobre Propriedade Industrial para

Magistrados e Membros do Ministério Público - OMPI/APAMAGIS - OUT/1996. X Congresso Brasileiro de Direito Tributário - Instituto Geraldo Ataliba - OUT/1996. Jornadas de Direito Imobiliário - Escola Nacional da Magistratura - Comandatuba - BA - NOV/1996. International Law Seminar - Orlando University Law School - USA - JAN/1997. Reforma do Direito Processual Penal - CEJ- Centro de Estudos Judiciários - FEV/1997. Simpósio Internacional - Penas Alternativas e Sistema Penitenciário - Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - MAR/1997. Seminário de Direito Ambiental - Northwestern School of Law of Lewis & Clark College - Environmental & Natural Resources Law Seminar - Portland - Oregon - USA - MAI/1997. Congresso Internacional de Direito Ambiental - Instituto "O Direito por um Planeta Verde" - JUN/1997. Fórum das Américas - Mônaco - Junho/1997. Congresso Mundial das Escolas de Magistratura - SP. **PALESTRAS PROFERIDAS:** **1988** - Justiça Federal - Competência OAB - Seção de Santos - Instituto dos Advogados de Santos. **1988** - Tráfico de Drogas e a competência da Justiça Federal - Loja Maçônica (Santos). **1993** - Administração de Vara Federal - Escola de Magistrados do TRF da 3ª Região. **1996** - Direito Tributário - Aspectos Polêmicos na Justiça Federal - OAB de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. **1996** - "As Funções Essenciais da Justiça - O Juiz e as Partes" - I Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Juizes Federais da 3ª Região. **1997** - "Temas de Direito Administrativo na Justiça Federal" - Interpretação do Direito Federal - Teoria Aplicada - Escola de Magistrados do TRF da 3ª Região. **1997** - "Medidas Alternativas Protelatórias" - Ciclo de Estudos Jurídicos - Prefeitura de Marília e Justiça Federal. **1998** - "As Funções Essenciais da Justiça - Deontologia Jurídica - II Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Juizes Federais - Escola de Magistrados do TRF da 3ª Região. **1998** - "Processo Administrativo Fiscal e Regime Aduaneiro" - PUC (COGEAE) - Curso de Especialização em Direito Processual Tributário. **ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS:** AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil. AJUFESP - Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Instituto Nacional de Direito Público - Sócio Benemérito nº 128. Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica - Filiada à Association de Femmes de Carrieres Juridiques - Paris. IAWJ - International Association Of Women Judges - USA - Washington - DC. **IDIOMAS:** Francês - Casa de Cultura Francesa Aliança Francesa - 04 anos - 08 estágios - Escola Federal de Magistratura - SP (grau avançado). Inglês - Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - 05 anos - 10 estágios - Lower Cambridge - Escola Federal de Magistratura - SP (grau avançado). Associação Alumni - 1997. Espanhol - Escola Federal de Magistratura - SP (grau intermediário). **Dra. MARLI MARQUES FERREIRA, Desembargadora - TRF - 3ª Região.**



JUIZ HENRIQUE NELSON CALANDRA

*Vice-Presidente da Federação Latino Americana de Magistrados
II Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo*

Nascido em 16 de Julho de 1945 em Itaquaquetuba, Estado de São Paulo, Juiz do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo. Casado com Sra. Lucy Helena Briani Calandra. **Filha:** Daniela Roberta Bagnatori Calandra. **FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA:** Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1974. **ESPECIALIZAÇÃO:** Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). **CURSOS:** II Congresso de Responsabilidade Civil no Transporte Terrestre de Passageiros - 1º TAC - São Roque, São Paulo, Abril de 1997. 1º Seminário Internacional de Direito Administrativo - Instituto de Direito Administrativo - São Paulo, Outubro de 1986. Seminário sobre Mercado de Capitais - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BOVESPA - São Paulo, Dezembro de 1985. XIII Semana de Altos Estudos do Problema do Menor - TJ/SP - APAMAGIS - São Paulo, 31 de Julho de 1983. III Seminário de Informática para Magistrados - PRODESP - TJ/SP - São Paulo, 18 a 22 de Julho de 1983. Temas Fundamentais - Direito Civil - Associação dos Advogados de São Paulo - AASP - São Paulo, Setembro de 1981. Aspectos

Atuais do Processo do Trabalho - Associação dos Advogados de São Paulo - AASP - São Paulo, Novembro de 1975. II Curso de Direito Processual Civil - Associação dos Advogados de São Paulo - AASP - São Paulo, Junho de 1975.

EVENTOS E ENCONTROS: 1º Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia - Presidente dos Debates sobre Meio Ambiente - TJ/AP - Macapá, Amapá, de 03 a 06 de Junho de 1998. Encontro do Grupo Ibero-americano - Magistratura e Direitos Fundamentais - Presidente dos Trabalhos - Associação de Magistrados e Funcionários da Justiça Nacional - Buenos Aires, Argentina, de 30/4 a 02//5 de 1998. Instalação do 1º Curso de Formação de Magistrados do Chile - Instituto Hernand Correia de Lacerda - Santiago, Chile, 29 de Abril de 1998. I Encontro Mundial de Escolas de Magistrados - Escola Paulista de Magistratura - São Paulo, Março de 1998. 40º Congresso da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - Presidente dos debates do Grupo Ibero-americano - UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - AMPR - Porto Rico, de 11 a 16 de Outubro de 1997. III Congresso de Magistrados Paranaenses - AMP - Curitiba, Paraná, Agosto de 1997. 1º Encontro Internacional de Magistrados - Trabalho e Justiça Social - TJ/AP - Amazônia, Agosto de 1997. IX Encontro dos Tribunais de Alçada do Brasil - Tribunais de Alçada de São Paulo - São Paulo, 29 a 30/08/97. Reunião do Grupo Ibero Americano - UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - AMP - Foz do Iguaçu,Paraná, de 14 a 16 de Março de 1997. Coordenador da 1ª Jornada da Magistratura Luso-Brasileira - AMB - Lisboa, Portugal, 1991. XII Congresso Brasileiro de Magistrados - Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB - Belo Horizonte, Minas Gerais, de 14 a 16 de Novembro de 1991. Organizador do VII Congresso Ordinário da Federação Latino-Americana de Magistrados - FLAM - São Paulo, Novembro de 1991. Congresso Nacional de Magistrados - Estatuto da Magistratura - Associação dos Magistrados Brasileiros - SC - Camboriu, Santa Catarina, de 13 a 15 de Setembro de 1990. I Encontro Brasileiro da Justiça Eleitoral - Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB - Camboriu, Santa Catarina, de 13 a 15 de Setembro de 1990. 1º Encontro de Magistratura USA e Brasil - Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB - São Paulo, Março de 1988.

CARGOS NA MAGISTRATURA: Eleito Presidente da 3ª Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo - janeiro de 2001. Promovido a Juiz Titular do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo - 15/6/2000. Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau junto ao 1º Tribunal de Alçada Civil - de maio/1994 a junho/2000. Chefe de gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de Janeiro a Abril de 1994. Juiz Titular da 7ª Vara da Família e Sucessões da Capital. Juiz Auxiliar da Capital, com exercício na 15ª Vara Cível, 21ª Vara Cível, 27ª Vara Cível e 4ª Vara da Fazenda Municipal. Juiz

de Direito em Curitiba, Jales e Suzano. Juiz Substituto do 146º concurso de ingresso na Magistratura, posse em 23/01/81- comarca de Pirassununga.- removido para Osasco, tendo trabalhado em Barueri e Itapeverica da Serra.

CARGOS ASSOCIATIVOS: Membro Fundador e Presidente Eleito da União dos Profissionais Evangélicos do Direito - UPROED - setembro de 2000. Eleito Vice-Presidente da Federação Latino-americana de Magistrados em abril/2000. Coordenador do Programa "Linha Direta Com a Justiça" - Rádio Bandeirantes/SP - 1997/1999. Eleito Presidente do Conselho da Associação Mercosul Pelo Estado de Direito Nas Relações Internacionais para mandato de 4 anos - Uruguai, Agosto de 1998. Eleito Diretor do Instituto Internacional de Estudos e Pesquisas sobre o Poder Judiciário - Reunião da Fundação Justiça Para o Mundo - Associação dos Magistrados da Espanha - Madrid, Espanha, janeiro de 1997. Presidente da Comissão de Investigação da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - Peru e Colômbia - 1996. Presidente do Grupo Ibero Americano da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - desde 1996. Palestrante: "Juez, justicia e sociedade - 1º Congresso Nacional de Magistrados de Costa Rica - Associação Costaricense de La Judicatura - São José, Costa Rica, de 30/10 a 02/11 de 1996. Reeleito Vice-Presidente da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - Congresso Ordinário da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - AMH - Amsterdan, Holanda, em outubro de 1996. Palestrante: "Transexualidade" em "A família e a Lei, os valores e as mudanças sociais" - AMAGES - Vitória, Espírito Santo, de 21 à 25 de Outubro de 1996. Coordenador do Programa de intercâmbio da Magistratura Brasileira e Norte Americana. Representante da AMB no 3º Congresso da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - eleito Vice-Presidente - UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - AMG - Atenas, Grécia, em outubro de 1994. Representante do Brasil no Congresso do Grupo Ibero Americano da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - Espanha, 1994. Vocal da Federação Latino Americana - 1993/1994. Secretário Geral da Federação Latino Americana de Magistrados - 1992/1993. 2º Vice-Presidente da Associação Paulista de Magistrados - 1992/1993. Secretário Geral da Associação Paulista de Magistrados - 1991/1992. Diretor Cultural da Associação Paulista de Magistrados - 1990/1991. Delegado Brasileiro no Congresso da Magistratura Portuguesa, 1989.

CONFERÊNCIAS E PALESTRAS PROFERIDAS: Expositor na XIV Jornada Científica do Hospital da Aeronáutica de São Paulo - HASP, abordando os Aspectos Jurídicos da Responsabilidade no Atendimento em Saúde - 14/9/2000. Reunião do Grupo Ibero-americano de Minorias Étnicas e Direitos Humanos - Presidente dos Debates e Conferencista - UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS e TJ/AP - Arquipélago de Marajó,

Junho de 1998. Conferencista no 1º Encontro Nacional de Servidores do Poder Judiciário - Reforma Estrutural do Judiciário - "Reformas Constitucionais do Poder Judiciário" - FENASJ - Nova Odessa, São Paulo, de 01 a 03 de Julho de 1997. Debatedor nas Jornadas de Direito Imobiliário - Escola Nacional de Magistratura - Comandatuba, Novembro de 1996. Palestrante: "Seminário Internacional sobre capacitação judicial - Escola de Direito Comunitário do Mercosul - Montevideo, Uruguai, Agosto de 1996. Conferencista no Representante da AMB e da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - Congresso sobre liberdade de imprensa - Dissertante sobre o tema "Câmbios Estructurales del Poder Judicial rumbo siglo XXI" na Suprema Corte do Paraguai - Associação dos Magistrados do Paraguai - Assunção, Paraguai, de 27 à 29 de Julho de 1994. Debatedor no Congresso Internacional "Libertad de Prensa" - Associação dos Magistrados do Paraguai - Federación Interamericana de Abogados - Assunção, Paraguai, Julho de 1994. Palestrante: "Associações de juizes como instrumento de defesa da democracia" - FLAM - AMC - Santiago, Chile, 26 de Junho de 1993. Conferencista na Suprema Corte do Chile - "Cortes Internacionais para julgamento dos crimes ligados ao narcotráfico" - AMC - 1993. Palestrante na Suprema Corte da Venezuela - "O Papel das Associações de Magistrados no aperfeiçoamento da democracia na América-latina" - Caracas, 1992. Conferencista na Suprema Corte de Justiça - Informática na Justiça - La Paz e Sucre, Bolívia, de 15 a 20 de Abril de 1990. Palestrante: "A experiência do Magistrado - patrimônio público" - Suprema Corte do Paraguai - Associação dos Magistrados do Paraguai - Assunção, Paraguai - Setembro de 1991. **HONRARIAS:** Homenagem Especial do Senado de Porto Rico - 09/10/97. Eleito Patrono de Honra e membro fundador da Fundação Justiça para o Mundo da UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS - Sede Madrid - Espanha, em 09/12/96. Homenagem Especial da Cidade de Sucre: "Hóspede de Honra", no Congresso Extraordinário da Federação Latino-americana de Magistrados - FLAM - Sucre, Bolívia, Julho de 1989. Eleito Membro Titular da Academia Paulista de Magistrados.



PROF. CELSO SEIXAS RIBEIRO BASTOS

Parecerista, Professor de Direito Constitucional e Direito das Relações Econômicas Internacionais do curso de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, Diretor Geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Procurador do Estado de São Paulo aposentado, Grande Oficial da Ordem de Rio Branco.

O Prof. Celso Ribeiro Bastos é Doutor e Livre Docente em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É responsável pela coordenação do programa de pós-graduação em Direito Constitucional e Direito das Relações Econômicas Internacionais da mesma instituição. Estudou por dois anos na Universidade de Paris. É membro do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e integra a diretoria da Academia Internacional de Direito e Economia. Foi homenageado pelo Presidente da República com o grau de Comendador proposto pelo Conselho da Ordem do Rio Branco, em 29 de abril de 1992. E, em 30 de abril de 1998, foi homenageado pelo Presidente da República com o grau de Grande Oficial da Ordem do Rio Branco. É autor de várias obras, dentre as quais destacam-se: o Curso de Direito Constitucional, na sua 21ª edição; Comentários à Constituição

do Brasil, em co-autoria com o Prof. Ives Gandra Martins, 15 livros publicados sendo que alguns deles se encontram já em 2ª edição; o Curso de Direito Financeiro e Tributário, na sua 8ª edição; o Curso de Direito Constitucional, na sua 21ª edição; o Curso de Direito Administrativo, na sua 4ª edição e o curso de Teoria do Estado e Ciência Política, na sua 4ª edição, todos os livros editados pela Saraiva. Responsável pela organização e coordenação científica de cursos, eventos, palestras e publicações, Prof. Celso Bastos esteve à frente da coordenação científica do XX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional que se realizou em maio de 1999, no Hotel Maksoud Plaza. Também coordenou o Curso de Especialização em Direito Constitucional pela web. É diretor da Revista de Direito Constitucional e Internacional. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, cujo último número publicado é o 30, editado pela Revista dos Tribunais. Tem diversos artigos publicados- alguns deles se encontram disponíveis no site do IBDC - e participação assídua em programas de cunho jornalístico, sempre esclarecendo temas ligados ao Direito Constitucional, contribuindo, desta forma, para a formação da opinião pública. As obras Democracia hoje: um modelo político para o Brasil. Coordenada pela Prof.ª Maria Garcia; Hermenêutica e Interpretação Constitucional, de Prof. Celso Bastos, 2ªed.: Tribunal de Jurisdição Constitucional, de Prof. André Ramos Tavares: O mito da globalização, de Dr. Ricardo W. Caldas: Questões de Direito Constitucional, do Prof. Ives Gandra Martins e Direitos Fundamentais e Controle da Constitucionalidade, de Dr. Gilmar Ferreira Mendes, 2ª ed., são alguns frutos de sua mais nova empreitada, Prof. Celso Bastos, Editor, que tem o compromisso de editar obras de qualidade a um baixo custo, colaborando, assim, para o aperfeiçoamento daqueles que se dedicam ao estudo do Direito.



PROF. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Professor de Direito Tributário e Constitucional

Prêmio ESSO do IV Centenário de São Paulo, monografia “A História de São Paulo até 1930” (1954); Bacharel em Direito pela USP (1958); Presidente do Partido Libertador em São Paulo (1962/1964); Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP (1970) dissertação: “A Apropriação Indébita no Direito Tributário”; Especialista em Ciência das Finanças pela Faculdade de Direito da USP (1971) dissertação: “As Despesas Militares nas Finanças Públicas - Teoria do Limite Crítico”; Tributarista de 1977, Homem de Visão 1987, Professor do Ano do Instituto Mackenzie 1990, Cidadão Consciência 1993; Conselheiro da OAB/SP (1979/1984 e 1987/1988); Doutor em Direito pela Universidade Mackenzie (1982) com a Tese: “Teoria da Imposição Tributária”; Professor Titular de Direito Econômico e Direito Constitucional na Universidade Mackenzie (1980/1992); Professor Emérito da Universidade Mackenzie (1990); Professor Emérito da Universidade Paulista (1993); Professor Emérito da ECEME - Escola de Comando do Estado Maior do Exército Brasileiro (1994); Sócio Benemérito e Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (1985/1986); Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (1979); Sócio-correspondente do Instituto dos Advogados do Distrito Federal; Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da FCESP (1989/

1998); Presidente da Câmara de Arbitragem da FCESP; Presidente do Clube de Poesia (1994/1995); Acadêmico da Academia Paulista de Letras; Academia Paulista de Letras Jurídicas; Academia Paulista de Direito; Academia Paulista de Educação; Academia Brasileira de Letras Jurídicas; Academia Brasileira de Direito Tributário; Academia Lusíada Ciências, Letras e Artes (Pres. 1982/1983); Academia Internacional de Direito e Economia (Pres. 1998/1998); Academia Internacional de Cultura Portuguesa - Lisboa (Correspondente); Academia Mato-grossense de Letras (Correspondente); Academia de Letras da Faculdade de Direito da USP (Honorário); Academia Brasileira de Ciências Políticas e Sociais; Academia Luso-Hispano-Brasileira de Direito; Academia Cristã de Letras; Colar do Mérito Judiciário dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Rio de Janeiro, Medalha do Mérito Judiciário Grau Ouro do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Medalha do Mérito Cultural Judiciário do Instituto Nacional da Magistratura, Ordem do Mérito Legislativo das Assembléias Legislativas de Minas Gerais e do Pará (Cabanagem), Medalha Anchieta da Câmara Municipal de São Paulo, Cidadão Araraquarense, Sãomanuelense e Pratiano, “Chevalier Commandeur” e “Gran Cruz do Mérito” da Ordo Militaris et Hospitalaris Sancti Lazari Hierosolymitani-fundada em 1097; Medalha do Pacificador do Ministério do Exército, 25/08/95; Membro-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Membro do PEN Clube do Brasil, Ordem do Mérito Militar-Grau oficial 2000; Publicou mais de 40 livros individualmente, 150 em co-autoria e 800 estudos sobre direito, economia, filosofia, política, história, literatura, sociologia, música, nos seguintes países: Alemanha, Angola, Argentina, Bahamas, Bélgica, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Canadá, Espanha, Holanda, Inglaterra, Portugal, Romênia, Rússia, Taiwan e USA. Entre os livros estão: “Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional-Teoria do Limite Crítico”, “Apropriação Indébita no Direito Tributário”, “O Estado de Direito e o Direito do Estado”, “Teoria da Imposição Tributária”, “Roteiro para uma Constituição”, “O Poder”, “A Nova Classe Ociosa”, “Sistema Tributário na Constituição de 1988”, “Uma Visão do Mundo Contemporâneo”, a coletânea “A Constituição Aplicada”, 12 volumes, assim como os “Comentários à Constituição do Brasil”, 15 volumes com Prof. Celso Ribeiro Bastos, os “Comentários ao Código Tributário Nacional”, 2 volumes e “Comentários à Lei das Sociedades por Ações”, coordenando equipe de comercialistas com Geraldo de Camargo Vidigal; Participou de inúmeras bancas examinadoras em diversas universidades do país (USP, UNESP, PUC-SP, FGV, Mackenzie, Universidades Federais, etc...) para Professor Titular, Doutor e Mestre, assim como em várias bancas de concurso para juiz federal, estadual, procurador municipal, juizes administrativos etc...; Participou e coordenou mais de 500 Congressos e Simpósios, nacionais e internacionais sobre Direito, Economia e Política.



PROF. ANDRÉ RAMOS TAVARES

Professor de Direito Constitucional

Doutor em Direito do Estado (Constitucional) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e mestre em Direito do Estado (Constitucional) pela mesma universidade, com Pós-Graduação em Direito Processual Civil pelo Centro de Extensão Universitária da USUC/SP. É advogado sócio de Celso Bastos Advogados Associados e Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC. Foi diretor da Associação dos Pós-Graduandos da PUC/SP - APG/PUC; ex-Procurador Municipal. É Professor do curso de Pós-graduação em Direito Constitucional da Escola Superior de Direito Constitucional; Professor-pesquisador de Direito Constitucional no curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito da Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN/SP; Professor no Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito Constitucional da UNIMAR/SP e Professor do Curso de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU/SP. É autor das seguintes obras: *Tribunal e Jurisdição Constitucional* (São Paulo: IBDC/CB editor, 1998. 187 p.); *Teoria da Inconstitucionalidade das Leis: Causas e Conseqüências da Antinomia entre Lei e Constituição* (São Paulo: PUC, 1998).

323 p.); Manual de Direito Administrativo com 12 CD's de áudio (São Paulo: IBDC, CB editor, 1999. 218 p, obra em co-autoria); Da Argüição de Descumprimento de Preceito Constitucional Fundamental (São Paulo: PUC, 2000. 329 p.); Enciclopédia do Direito Brasileiro (Rio de Janeiro: Forense, 2000. V. I, 505 p. Autoria: p. 1 - 27); As Tendências do Direito Público no Limiar de um Novo Milênio (São Paulo: Saraiva, 2000. 728 p., em co-autoria com Celso Bastos). Colaborador dos Jornais "Folha de São Paulo", "O Estado de São Paulo", "Jornal da Tarde" (SP), "Correio Braziliense", "Jornal do Brasil" (RJ), Boletim ADCOAS, Boletim IOB e autor de diversos artigos em periódicos especializados. Recebeu os seguintes prêmios e homenagens: Voto de Júbilo e congratulações pelo livro "Tribunal e Jurisdição Constitucional", da Câmara Municipal de São Paulo, em 4 jun. 1998; Título de "Defensor da Segurança Pública" conferido pela Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, em 3 dez. 1999, Salvador/BA; Prêmio: "Professor Antônio de Queiroz Filho" conferido pela PUC/SP, como melhor aluno da Turma de 1994.



DR. CARLO BARBIERI

Consultor de Direito Internacional

Doutor em Economia graduou-se, na Faculdade de Economia São Luís em 1969 e em Direito, pela Universidade Mackenzie em 1970, ambos em São Paulo. Possui mais de 60 cursos de especialização feitos no Brasil e no exterior, como Fundação Getúlio Vargas, Universidade Sorbonne, na França e MIT nos EUA. Em julho de 2000, concluiu seu mestrado em Administração (M.B.A.), na Kennedy-Western University, focando a gestão das empresas no século XXI. Está atualmente fazendo seu doutorado (PhD) em negócios internacionais na mesma Universidade. **Comércio Internacional & Transporte:** Fez centenas de viagens a mais de 70 países, em particular a Ásia, América Latina e Oceania. Presidiu uma das maiores empresas de Comércio Exterior Brasileira, Ausminco Trading S.A. Foi presidente da Associação Brasileira das Empresas de Comércio Exterior (ABECE), das Câmaras de Comércio Brasil Austrália, China e República Dominicana. Permanece no Conselho Superior da ABECE, e nos Conselhos de Comércio Exterior da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e Associação Comercial de São Paulo. Recentemente preparou estudo estratégico

para ampliar o comércio entre o Brasil e os EUA. Liderou a defesa das empresas de transporte estrangeiras que tiveram sua atuação cerceada no Brasil. Dirigiu a Associação Brasileira dos Transitários de Carga (forwarding) ABTC e a TNT Cargo.

Consultoria e Advocacia: No Brasil, dedicava-se, além do direito, ao *lobby* e consultoria empresarial, tendo como clientes, empresas americanas como Kodak, Black & Decker, General Electric e Cummins, assim como Governos e empresas de quase toda a Ásia, com destaque para Taiwan, China, Hong-Kong e da Oceania, de onde representou interesses da TNT e Commercial Metals. É autor do livro—**“Abuso do poder Econômico e Concorrência Desleal”** e membro do Instituto dos Advogados.

Conferencias e Artigos: Proferiu dezenas de conferências, em diversos países, inclusive nos EUA, onde participou de encontro no Carter Institute e no Federal Reserve Bank. Tem mais de uma centena de artigos publicados, sendo que atualmente é colunista regular da revista financeira Banco Hoje, da Floridian Magazine e do jornal Brazilian Papper.

Ruden McClosky & Financial Consultants: Está atualmente na sede de Fort Lauderdale, como Consultor Internacional, onde atende pessoas e empresas interessadas no desenvolvimento de negócios com empresas e com o governo no Brasil e em outros países da América Latina, assim como o aconselhamento de pessoas e empresários destes países que queiram desenvolver suas atividades nos EUA. É o responsável pela edição do Ruden McClosky Newsletter em espanhol e português.



DR. NEWTON JOSÉ DE OLIVEIRA NEVES

Advogado, Presidente do Conselho Diretor da Oliveira Neves Advogados Associados

Advogado, Presidente do Conselho Diretor da Oliveira Neves Advogados Associados, atuando há mais de 20 anos junto a empresas nacionais e multinacionais. É especialista em Direito Empresarial, Tributário, Societário, internacional, Investimentos Estrangeiros e Proteção de Bens. Membro da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; IFA – International Fiscal Association, ABDF – Associação Brasileira de Direito Financeiro; CESA – Centro de Estudos da Sociedades de Advogados; AASP – Associação do Advogados de São Paulo, AMCHAM – American Chamber of Commerce for Brazil e Academia Brasileira de Direito Tributário; IBA – International Bar Association; IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo, American Management Association; OPB - Ordem dos Parlamentares do Brasil, sendo membro do Conselho Consultivo - Federal. Tendo recebido a Medalha do Mérito do Descobridor do Brasil – Pedro Álvares Cabral, a Grã Cruz da Ordem do Mérito do Empreendedor Visconde de Mauá; WTCA – World Trade Centers Association; tendo ministrado cursos e palestras para mais de 10.000 empresas no Brasil e no exterior.

Em sua extensa carreira profissional, escreveu diversos artigos, livros e trabalhos na área do direito empresarial. Destacando-se: Collor o artífice do caos, A nova trajetória profissional, Mais lucros com menos impostos, Proteção de bens: da teoria à prática e Eliminando débitos com títulos da dívida pública. Foi o primeiro advogado a liberar cruzados novos no País. Fluente Inglês, Espanhol e Italiano.

Os Meandros do Congresso Nacional

Menção especial:

Esta Obra é dedicada especialmente a minha mãe e irmã:

Odir Rosa dos Santos

Marluce dos Santos Ferreira

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

M enção especial:

E sta Obra é dedicada especialmente a:

D_{r.} P_{aolo} De L_{ibano}

P_{rof.} H_{ermes} M_{endes}

D_{r.} F_{rancis} V_{ieira}

D_{r.} C_{arlos} N_{akadaira}

Pelo apoio profissional, dedicado e amigo, que em todos os momentos interagiu externando com determinação a sua colaboração para a realização desta obra cultural e acadêmica.

Externo meus sinceros agradecimentos pela nobre e honrosa contribuição neste projeto.

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

M enção especial:

E sta Obra é dedicada especialmente a:

A dréia L ima da R ocha

Pelo apoio dedicado e amigo, que em todos os momentos interagiu externando com determinação o seu pensamento positivo para a realização desta obra cultural e acadêmica.

Externo meus sinceros agradecimentos pela sua nobre contribuição neste projeto.

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

Homenagem Póstuma

Esta Obra é dedicada especialmente a:

Tancredo de Almeida Neves

Ao Saudoso Presidente da República,
símbolo da resistência democrática brasileira
para o pleno exercício da cidadania em defesa do
Estado de Direito Democrático.
Nossa eterna homenagem e reconhecimento.

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

Homenagem

Esta Obra é dedicada especialmente ao:

Deputado Marcelo Buzzi Caruso

Ao Nobre colega, é uma honra ter um brasileiro
pioneiro no Parlamento da Assembléia
Legislativa do Estado da Flórida.

Ao qual, enobrece a classe política brasileira no exterior.

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

Homenagem

Esta Obra é dedicada especialmente ao:

Ministro José Augusto Delgado

Desembargador José Geraldo Barreto Fonseca

Desembargador Carlos Renato de Azevedo Ferreira

Delegada da Cultura Valéria Zoragno Vorländer

Presidente-OAB Nacional Rubens Aprobato Machado

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

Mensão Honrosa

Em 1985 o Brasil encerrou uma das piores fases vividas na sua história Republicana, a Ditadura de 1964. A plenitude democrática garantida pela legitimidade do voto, o pronto restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional com o advento da nova República e Assembléia Nacional Constituinte de 88, garantia do pleno exercício do Estado de Direito Democrático. Foram conquistados devido ao compromisso assumido, “Sem volta”, para com a sociedade civil brasileira pela a ação, coragem e determinação de grandes Líderes da Nação Brasileira, que a história certamente jamais os esquecerá. E aos quais prestamos a nossa sincera homenagem de reconhecimento na sua luta pela reedemocratização do País.

Presidente Enerto Geisel
Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente Tancredo Neves
Vice-Presidente Aureliano Chaves de Mendonça
General-de-Exército Golbery do Couto e Silva
General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves
General-de-Exército Benedito Onofre de Bezerra Leonel
Governador Paulo Maluf
Governador Franco Montoro
Senador Jorge Bornhausen
Senador Marco Antônio de Oliveira Maciel
Senador José Sarney
Senador Darci Ribeiro
Deputado Nelson Marchezan
Deputado Ulysses Guimarães
Deputado José Lourenço
Deputado Dante de Oliveira
Líder Sindical: Luiz Inácio Lula da Silva

Héreis da Democracia, Guardiães da Cidadania e
Pilares de um novo Brasil

Autor da Obra
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

M *enção especial:*

Esta Obra é um reconhecimento aos empresários que contribuem com o esforço do seu trabalho e do seu talento para a geração de riqueza do nosso amado Brasil.

Roberto Marinho
Organizações Globo

José Ermírio de Moraes
Antônio Ermírio de Moraes
Grupo Votorantim

Mario Garnero
Grupo Brasilinvest
Associação das Nações Unidas - Brasil

John Edwin Mein - AMCHAM/SP
Jorge Werthein - UNESCO/BRASIL
Carlo Barbieri - Ruden McClosky

Abílio Diniz
Grupo Pão de Açúcar

Jacks Rabinovick
Grupo Vicunha

Joseph Safra
Moise Safra
Banco Safra S.A.

Fábio Roberto de Góes Lopes
Banco do Brasil - São Paulo

Ministro Fernando Bezerra
Ministério da Integração Nacional

Lourival Novaes Dantas
Federação das Indústrias do Distrito Federal

Israel Dias Novaes
Presidente da Academia Paulista de Letras

Max Schrappe
Associação Brasileira de Indústria Gráfica

Abram Szajman
Federação do Comércio do Estado de São Paulo

Joseph Couri
Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira

Os Meandros do Congresso Nacional

Em memória:

Esta Obra é dedicada especialmente em memória do meu primo em 4º grau, membro desta Casa no período de 1935 a 1938, o ***Senador da República, Deputado Estadual, Vice-Governador, Prefeito, Desembargador, Juiz de Direito e Promotor Público, Dr. Joaquim Ignácio de Carvalho Filho***, pelo Partido Republicano Federal-PRE, nascido em 06.02.1888 e falecido em 09.06.1948, no Município de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.

Em memória:

Esta Obra é dedicada também especialmente em memória do meu avô, o ***Agricultor, Sr. Francisco Horácio dos Santos***, nascido em 19.01.1915 e falecido em 15.09.1998, no Município de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Deputado Josué dos Santos Ferreira



Instituto Genealógico Brasileiro

FUNDADO
EM 15-12-1930

São Paulo, 12 de Março de 1999.

Conforme constam em documentos enviados pelo **Suplente de Deputado Federal, Dr. Josué dos Santos Ferreira**, e após nossa pesquisa constatamos a veracidade dos mesmos, bem como confirmamos que o **Senador da República Dr. Joaquim Ignácio de Carvalho Filho**, é seu, primo em 4º grau.

Suplente de Deputado Federal
Josué dos Santos Ferreira
Nasc. 13/04/ 1969

Senador da República
Joaquim Ignácio de Carvalho Filho
Nasc. 06/02/1888
Faleceu 09/06/1948
Em Martins – Rio Grande do Norte

Odir Rosa dos Santos
Nasc. 24/ 12/ 1941
c.c. José Alexandrino Ferreira Filho

Joaquim Ignácio de Carvalho
c.c. Maria Gomes de Oliveira

Francisco Horácio dos Santos
Nasc. 19/01/1915
c.c. Margarida Maria da Silva
Nasc. 16/06/1913

Agostinho dos Santos Rosa

Horácio Antonio dos Santos Rosa
Nasc. 24/ 09/1882
c.c. Inocencia Maria da Conceição
Nasc. 03/ 09/ 1893

Manuel dos Santos Rosa
c.c. Maria José de Lacerda
1ª esposa

Antonio dos Santos Rosa
Nasc. 1838
c.c. Francisca Martins Lacerda

Agostinho dos Santos Rosa
c.c. Mariana Ferreira da Silva
1ª esposa

Manuel dos Santos Rosa – (Marinheiro Rosa)
Natural do Porto, Freguesia de Nossa Senhora da Campanha
Portugal
c.c. Helena Maria da Jesus
2ª esposa

Agostinho dos Santos Rosa
c.c. Mariana Ferreira da Silva
Portugal

Neide Bibiano
Neide Bibiano
Diretora





São Paulo, 11 de dezembro de 2000.

Excelentíssimo Sr. Deputado,

É com muita alegria que deparei com a excelente obra coordenada pelo nobre deputado federal suplente Sr. Josué dos Santos Ferreira: “Os meandros do Congresso Nacional”. São obras desta estirpe que tornam o nosso mercado editorial de primeiro mundo.

Ademais, tendo em vista o conteúdo constitucional versado com maestria nesse livro, estou recomendando-o para os alunos de nosso curso de pós-graduação em Direito Constitucional.

Por outro lado, aproveito o ensejo para colocar-me à disposição de V. Exa. e da Unilegis como professor especializado em Direito Constitucional.

De outro modo, coloco a Escola Superior de Direito Constitucional à disposição para colaborar em eventuais cursos de pós-graduação que a Unilegis venha a oferecer.

Atenciosamente,


MARCELO LAMY
diretor da ESDC

ESCOLA SUPERIOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL
R. DR. GABRIEL DOS SANTOS, 88 – STA CECÍLIA
01231-010 – SÃO PAULO, SP
TEL. (11) 3663-1908 – WWW.CONSTITUCIONAL.COM.BR

Prof. Dr. Celso Seixas Ribeiro Bastos
Dr. André Ramos Tavares
Dra. Patrícia de C. e Collier Coeli
Dra. Samantha Meyer-Pflug
Dr. Alexis Galiás de Souza Vargas

São Paulo, 4 de Setembro de 2.000

**Ao Ilustríssimo Senhor
Dr. Josué dos Santos Ferreira
D.D. Deputado Federal Suplente**

Prezado Dr. Josué,

É com muita honra que participamos, como colaboradores, de sua obra sobre o Congresso Nacional, que certamente contará com grande aceitação pública, preenchendo um vazio editorial encontrável nesta seara.

Neste sentido, remetemos esboço, em anexo, daquilo que poderia tornar-se uma disciplina autônoma, o “Direito Parlamentar”, a ser desenvolvida nos cursos de graduação em Direito, com amparo na obra a ser editada.

Rendendo os protestos de elevada estima e consideração,

Atenciosamente,



Prof. Dr. Celso Ribeiro Bastos



Prof. Dr. André Ramos Tavares

DIREITO PARLAMENTAR

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA

A instituição da disciplina *DIREITO PARLAMENTAR* no Brasil e sua inserção nos Cursos de Direito como cadeira autônoma, a ser desenvolvida durante um ano, preferencialmente no último período letivo, impõe-se como medida extremamente propícia, tendente a aproximar o operador jurídico da realidade legislativa do país.

A escolha da expressão “*DIREITO PARLAMENTAR*” justifica-se pela clareza que agrega, já que de imediato denota o objetivo de tratar das normas jurídicas referentes à atividade desenvolvida nas Casas Legislativas. Ademais, a locução vem consagrando-se no âmbito jurídico, sendo de se frisar que o termo “parlamentar” tomou inteira autonomia em relação à adoção do parlamentarismo, não se confundindo com este sistema de governo.

É possível verificar uma grande defasagem atual no desenvolvimento do tema, ministrado, em geral, durante a disciplina de Direito Constitucional, com fraca ênfase no seu estudo aprofundado. A importância que assume uma completa compreensão do conteúdo e características próprias do *DIREITO PARLAMENTAR* aponta para a relevância de sua inserção oficial nos cursos jurídicos com o destaque indicado.

A assunção da necessidade de se criar uma *cultura legislativa*, iniciando com a adoção da disciplina, terá real impacto na sociedade brasileira, visando ao desenvolvimento e efetiva implementação da democracia-participativa no país.



O *DIREITO PARLAMENTAR* deverá ter como centro de discussão o procedimento nacional de elaboração das leis, a partir o modelo realizado no âmbito federal, incluindo-se o estudo das particularidades presentes nos modelos parlamentares estaduais e municipais, mantendo-se, sempre, uma abordagem pragmática do tema.

A Ciência do *DIREITO PARLAMENTAR* deverá ter, como não poderia deixar de ser, seu próprio objeto de estudo. Embora seja certo o caráter dinâmico de muitos de seus elementos, podendo-se destacar o conjunto normativo positivado, em especial a Constituição Federal e os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal da República do Brasil, além do Código Eleitoral e demais leis e resoluções esparsas. Também as súmulas e jurisprudência dos Tribunais deverá agregar-se a este núcleo de estudo.

O *DIREITO PARLAMENTAR* deverá, ainda, ater-se ao estudo do tema dos direitos, deveres e responsabilidades dos próprios integrantes do Poder Legislativo nacional, em qualquer de seus níveis federativos.

Por fim, há de se salientar a necessidade do desenvolvimento de temas cruciais como o estudo do poder constituinte, em suas diversas manifestações e, em especial, o poder de emendar as Constituições e de elaborar as Constituições estaduais e Leis Orgânicas Municipais; a função do Poder Legislativo e o princípio da legalidade; princípio do devido processo; processo legislativo; o estudo da representatividade dos parlamentares e a legitimidade de suas decisões; a partidarização e o papel dos partidos políticos; as inelegibilidades; a ética parlamentar e a regulamentação e regularização da atividade do *lobby* ou “grupos de pressão”.

A pesquisa e desenvolvimento programático, além dos textos jurídicos básicos, poderá basear-se no método do Direito comparado e histórico, bem como no estudo das técnicas de redação das leis e as implicações que a linguagem impõe neste contexto.

A iniciativa de criação oficial da disciplina *DIREITO PARLAMENTAR* está duplamente justificada. De uma parte, por tratar-se de medida de



grande alcance democrático, ligada à estrutura do próprio Poder Legislativo, merece que este deflagre o processo de sua instituição, legitimando-a. De outra parte, demonstra-se, por via de sua instituição, o interesse do próprio Congresso em democratizar o sentido da atividade legislativa, criando uma cultura e consciência no cidadão brasileiro sobre a importância desta atividade para o desenvolvimento da nação.

Facultativamente, a disciplina poderá, ainda, ser inserida nas grades curriculares das Faculdades de Ciências Sociais, Economia, História, Letras e Relações Internacionais.

CONTEÚDO SUGERIDO PARA A DISCIPLINA

- 1. Direito Parlamentar: conceito e conteúdo**
 - 2. Poder constituinte: espécies**
 - 3. Importância da função legislativa na separação dos poderes: o princípio da legalidade**
 - 4. Processo legislativo: normas constitucionais**
 - 5. Competências do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**
 - 6. Regimento Interno da Câmara dos Deputados**
 - 7. Regimento Interno do Senado Federal**
 - 8. Regimento Comum do Congresso Nacional**
 - 9. Técnicas de redação das leis**
 - 10. Atividade do parlamentar: deveres**
 - 11. Atividade do parlamentar: imunidades, direito de voto e votação de liderança. Os grupos de pressão.**
 - 12. Publicidade da atividade parlamentar e das leis**
 - 13. Partidos políticos: natureza e posição constitucional**
 - 14. Partidos políticos: filiação, fidelidade, criação incorporação e extinção**
 - 15. Propaganda eleitoral**
- 

Advocacia Alberto Rollo Sociedade Civil

OAB/SP 2.329

Rua Berta, 87 - Vila Mariana

São Paulo - CEP 04120-040

Tel.: (11) 5379-8838

Alberto Lopes Mendes Rollo
João Fernando Lopes de Carvalho
Alberto Luis Mendonça Rollo
Alexandre Luis Mendonça Rollo
Arthur Luis Mendonça Rollo
Maria do Carmo A. de A. M. Pasqualucci

Leticia da Cruz Oliveira
Augusto Reis Módulo
Mariângela Ferreira Correa
Rita de Cássia Viana Lopes

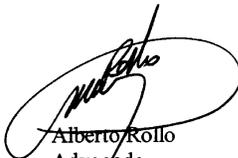
São Paulo, 8 de setembro de 2.000

Prezado Josué

Gostei muito da sua obra *Os meandros do Congresso Nacional*, que apresenta importante conteúdo histórico e amplo material de consulta.

É obra de grande utilidade, principalmente para os advogados que atuam na área do Direito Eleitoral.

Parabéns !



Alberto Rollo
Advogado

Ao Eminentíssimo Deputado
Josué dos Santos Ferreira
Em mãos.

Os Meandros do Congresso Nacional

Esta Obra ressalta a relevante importância do Congresso Nacional para o processo decisório na democracia e no progresso contínuo da Nação Brasileira.

Ao longo de sua trajetória na vida institucional do País, o Congresso Nacional tem sido palco de brilhantes vitórias para a Nação que se caracterizam como marcos memoráveis de nossa história política, cultural e social. Deputados e Senadores empenharam-se sempre no sentido de trazer a debate temas de inquestionável relevância para o País, o que serviu para projetá-los individualmente e ao próprio Congresso Nacional.

Consigna-se, portanto, a atuação parlamentar sob contagiante emoção, manifestada por vozes embargadas pelos sentimentos patrióticos em que se envolve o parlamentar quando assoma à tribuna do Congresso Nacional, na defesa de ideais ou posturas que traçam o rumo dos acontecimentos políticos no País. Os brasileiros haverão de orgulhar-se daqueles que os representaram, representam e representarão no Parlamento Nacional, cumprindo na íntegra e com dignidade e patriotismo o mandato popular que lhes foi outorgado.

Procede-se dentro do possível, a uma seleção de ações concretas e eficazes do Congresso Nacional, valendo serem lembradas sempre, pois o Congresso Nacional tem o papel e o dever de defender e assegurar a nossa soberania nacional, e assim o tem feito, independentemente de conceitos ou ideologias, cabendo a cada cidadão brasileiro o seu próprio julgamento.

Autor da Obra
Os Meandros do Congresso Nacional
Josué dos Santos Ferreira

INTRODUÇÃO

PREFÁCIO MARIO GARNERO

TOMO I - A HISTÓRIA CULTURAL E INSTITUCIONAL DO CONGRESSO NACIONAL

JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA	5
INTRODUÇÃO	8
O PARLAMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO	10
CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO	13
O 1º Gabinete, de 24 de julho de 1840 (liberal)	13
A legitimidade do Governo Imperial	16
OS MÉTODOS PARLAMENTARES	17
O Presidente do Conselho. O Parlamentarismo	17
A Demissão e Queda dos Ministros	20
Dissoluções da Câmara dos Deputados	23
O PAPEL DO PARLAMENTO NA CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO	32
DEPUTADOS BRASILEIROS ÀS CORTES DE LISBOA	37
REUNIÃO DA CONSTITUINTE DE 1823	39
A CADEIA VELHA	41
A CONSTITUINTE	43
CONCLUSÃO	47
O SENADO: PRIMEIRO ÓRGÃO INSTITUCIONAL NO ESTADO	
INAUGURAL	57
Os Hebreus	57
O Estado Inaugural Helênico e o seu Senado	58
Como desapareceu aquele sistema ?	62
O Estado Inaugural Romano e o seu Senado	64
ORIGENS DO SENADO NO PRIMEIRO REINADO DO BRASIL	68
O Senado do Primeiro Reinado: como e por que foi constituído	68
O Senado na Constituição de 1824	76
O SENADO DO SEGUNDO IMPÉRIO	85
O Senado do Segundo Império e o seu tempo	85
O Senado, a questão financeira e os empréstimos internacionais	88

TOMO II - AS PROPOSIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA	95
PODER LEGISLATIVO	95
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	97
FLUXOGRAMA OPERACIONAL - I	102
FLUXOGRAMA OPERACIONAL - II	103
FLUXOGRAMA OPERACIONAL - III	104
FLUXOGRAMA OPERACIONAL - IV	105
FLUXOGRAMA OPERACIONAL - V	106
FLUXOGRAMA OPERACIONAL - VI	107

TIPOS DE PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA	108
CÂMARA DOS DEPUTADOS	
COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	109
SENADO FEDERAL	
COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	110

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS NO

SENADO FEDERAL	113
Proposta de Emenda à Constituição (PEC) (artigo 60 da CF) (artigo 354 e seguinte - RISF)	113
Projeto de Lei do Senado (PLS) (lei ordinária)	114
Projeto de Lei do Senado Complementar (PLS - COMPL)	116
Projeto de Lei da Câmara (PLC) ou Projeto de Lei da Câmara Complementar (PLC - COMPL)	117
Projeto de Decreto Legislativo (PDL)	118
Observações	120
Projeto de Resolução (PRS)	120
Observações	121
Indicação (INS) (artigo 224 e seguintes - RISF)	122
Parecer (artigos 228 e 229 - RISF)	122
Observações	123
Emenda	123

REQUERIMENTOS LEGISLATIVOS CONGRESSO NACIONAL	127
Adiamento da Discussão (artigo 279)	127
Adiamento de Votação (artigo 315 c/c 279)	127
Observações	128
Comparecimento de Ministro de Estado (artigo 255, II, “c”, 9)	128
Constituição de Comissão Temporária (internas ou externas) (artigos 74 e 225, II, “c”, 6)	129
Comissão Parlamentar de Inquérito (artigo 145 e seguintes - RISF)	129
Observações	130
Destaque para Aprovação ou Rejeição de Dispositivo de Projeto (artigo 312, inciso III - RISF)	130
Observações	130
Destaque para Aprovação de Emenda (artigo 312, III - IRSF)	130
Observações	131
Destaque de Rejeição de Emenda (artigo 312, inciso III - RISF)	131
Observações	131
Destaque de Dispositivo ou Emenda para Constituir Projeto Autônomo ou Projeto em Separado (artigo 300, IX; artigo 312, I) (artigo 314, VIII a 314, XII)	132
Observações	132
Destaque para Votação em Separado de Parte de Projeto ou de Substitutivo, Emenda ou Parte de Emenda (DVS) (artigo 312, inciso II - RISF)	132

Observações	133
Dispensa de Discussão (artigo 276 - RISF)	133
Observação	133
Dispensa de Interstício e Prévia Distribuição de Avulsos para Inclusão em Ordem do Dia (artigo 281)	133
Observações	134
Dispensa de Parecer (artigo 119 c/c artigo 225, II, “c”, 5)	134
Observações	134
Dispensa de Publicação de Redação Final para Imediata Apreciação pelo Plenário (artigos 320 e 321)	134
Observações	135
Encerramento da Discussão (artigo 275, inciso II)	135
Observação	135
Esclarecimento sobre Atos da Administração da Casa (artigo 215, II, “b”)	135
Extinção da Urgência (artigo 352)	136
Homenagem de Pesar (artigo 218)	136
Observações	136
Inclusão em Ordem do Dia de Matéria em Condições de nela Figurar (artigo 167)	137
Inclusão em Ordem do Dia de Matéria sem Parecer (artigo 172, I)	137
Observação	137
Informações (ou Remessa de Documentos) (artigo 216 e 217)	137
Inversão da Ordem do Dia (artigo 175, IV)	138
Leitura de Qualquer Matéria para Conhecimento do Plenário (artigo 214, § único, I)	138
Licença para Missão no País ou no Exterior (artigo 40)	138
Observações	139
Licença para Tratar de Assunto de Interesse Particular (artigo 43, II, e Resolução nº 37/95)	139
Observação	139
Licença para Tratamento de Saúde (artigo 43, I, e Resolução nº 37/95	140
Observação	140
Não - Realização de Sessão em Determinado Dia (artigo 154, § 6º, II)	140
Permissão para Falar Sentado (artigo 214, § único, IV)	140
Observação	141
Preferência (artigo 311)	141
Prorrogação de Prazo para Parecer (artigo 118, § 2º)	141
Observações	142
Prorrogação do Tempo da Sessão (artigo 215, III, “b”)	142
Observações	142
Publicação de Informações Oficiais no Diário do Senado Federal (artigo 215, II, “a”)	142
Observação	143
Realização de Sessão Especial (artigo 199)	143
Realização de Sessão Secreta (artigo 190)	143
Reconstituição de Proposição (artigo 215, II, “d”)	143

Remessa a Determinada Comissão de Matéria Despachada	
a Outra (artigo 255, II, “c”, 12)	144
Observação	144
Retirada de Proposição em Curso no Senado, exceto Indicação	
e Requerimento (artigo 256).....	144
Retirada de Requerimento de Urgência (artigo 344).....	145
Retirada de Requerimento ou Indicação (artigo 256)	145
Retificação de Ata (artigo 214, § único, II)	146
Sobrestamento do Estudo de Proposições (artigo 335)	146
Observação	146
Tramitação Conjunta de Projetos (artigo 258)	147
Publicação de Documento no <i>Diário do Senado Federal</i> , para	
Transcrição nos Anais (artigo 210).....	147
Observação	147
Urgência I (artigo 336, I - RISF)	147
Observação	148
Urgência II (artigo 336, inciso II - RISF)	148
Observações	148
Urgência III (artigo 336, inciso III - RISF)	149
Observação	149
Verificação de Votação (artigo 293).....	149
Observações	149
Votação de Projeto em Partes (artigo 235, III, “d”, 5).....	150
Observação	150
Votação em Globo ou por Grupo de Dispositivos de Substitutivo da	
Câmara a Projeto do Senado (artigo 287)	150
Observações	151
Votação Nominal (artigo 294)	151
Observação	151
Voto de Aplauso, Regozijo, Louvor, Solidariedade, Congratulações,	
Censura ou Semelhantes (artigo 222).....	151
Observação	152

CONGRESSO NACIONAL MEDIDA PROVISÓRIA RESOLUÇÃO	
1/89 - CN, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO 2/89 - CN	155
Veto	157
Projeto de Resolução (Reforma do Regimento Comum)	158
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOF	160
Projeto de Lei do Plano Plurianual	161
Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	162
Prazos	162
Projeto de Lei Orçamentária Anual	163
Prazos	164
Projetos de Lei de Créditos Adicionais	166
Prazos	166

Contas do Presidente da República	167
Da Delegação Legislativa (Lei Delegada)	168

TOMO III - A IMPORTÂNCIA DO CONGRESSO NACIONAL NO SETOR PRIVADO

JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA	173
PODER LEGISLATIVO - AÇÃO PARLAMENTAR	175
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	176
I - Regulamentação da Economia	176
II - Legislação Trabalhista	177
III - Custo de Financiamento	177
IV - Infra-Estrutura	177
V - Sistema Tributário	177
VI - Infra-Estrutura Social	177
REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA	178
I - Direitos de Propriedade e Garantia de Contratos	178
II - Participação do Capital Estrangeiro	179
III - Reforma do Estado	179
IV - Meio Ambiente	180
V - Comércio Exterior	182
VI - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	182
VII - Desenvolvimento Regional	183
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	183
I - Participação nos Lucros ou Resultados	184
II - Participação na Gestão e Papel dos Sindicatos	184
III - Sistema de Negociação:	185
IV - Remuneração - Adicionais	185
V - Fiscalização - Inspeção do Trabalho	186
VI - Relações Individuais de Trabalho	186
VII - Segurança e Medicina do Trabalho	186
VIII - Dispensa	187
IX - Benefícios Indiretos	187
X - Política Salarial	187
XI - Contratos Especiais de Trabalho	188
XII - Direito de Greve	188
CUSTO DE FINANCIAMENTO	188
I - Reforma do Sistema Financeiro	189
II - Taxa de Juros	190
III - Empréstimos e Créditos Subsidiados	190
INFRA-ESTRUTURA	191
I - Monopólio e Desregulamentação	192
II - Planejamento de Longo Prazo	193
III - Política de Transporte	193
SISTEMA TRIBUTÁRIO	194
I - Reforma Tributária	194

II - Criação de Tributos, Contribuições Sociais e Alteração da Base	195
III - Desoneração das Exportações	195
IV - Desoneração de Investimentos	196
V - Multas Tributárias e Previdenciárias, Prazos de Recolhimento de Tributos, Execução Fiscal e Parcelamento de Débitos	196
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	197
I - Saúde	198
II - Previdência Social	198
III - Educação	198

**TOMO IV - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54/95
QUE VISA INSTITUIR A SÚMULA VINCULANTE**

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA	203
APRESENTAÇÃO	203
Histórico	204
A emenda, de nº 4, no Plenário, foi assim redigida	205
Razões da Proposta	207
Das Críticas	211
Da Independência do Juiz	211
Da Jurisprudência	213
Dos Efeitos da Proposta	214
Do Superior Tribunal De Justiça	215
Restrição Material	216
Da Competência do Senado Federal	217
Da Constitucionalidade	217
Da Administração Pública	217
Conclusão	217
PROPOSTA INICIAL APRESENTADA PELO SENADOR RONALDO CUNHA LIMA	
Proposta de Emenda à Constituição nº 54 de 1995	219
Justificação	219
Apoiamentos	220

TOMO V - PARLAMENTO E TRATADO INTERNACIONAIS

MINISTRO JOSÉ FRANCISCO REZEK	225
§ 1. Sistemas de partilha do poder convencional	225
A - O modelo francês. O Império do Brasil, o Peru e a Venezuela	226
B - O Reino Unido	227
C - Os Estados Unidos da América	228
§ 2. O poder convencional no Brasil republicano	230
A - A polêmica Accioly - Valladão sobre os acordos executivos no Brasil	232
B - O regime constitucional de 1988	240
C - Constituição e acordos executivos: juízo de compatibilidade	243
1.º) O acordo executivo como subproduto de tratado vigente	246
Acordo Argentina-Brasil sobre transportes marítimos, concluído por troca de notas, em Brasília, em 18 de junho de 1981	251

Acordo Brasil-Malásia sobre estabelecimento de escritório comercial, concluído por troca de notas, em Brasília, em 15 de outubro de 1981	252
Acordo Argentina-Brasil sobre identificação de limites, concluído por troca de notas, em Buenos Aires, em 16 de setembro de 1982	253
D - Procedimento parlamentar	255
“Decreto Legislativo nº 20, de 1962	262

TOMO VI - ANATOMIA DO PARLAMENTO BRASILEIRO	
JUIZ HENRIQUE NELSON CALANDRA	267

TOMO VII - INDEPENDÊNCIA E HARMONIA DOS PODERES E PRODUÇÃO LEGISLATIVA	
DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI MARQUES FERREIRA	275

TOMO VIII - CONCEITOS DA JURISPRUDÊNCIA NO PROCESSO LEGISLATIVO	
DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS VIANA SANTOS	281

TOMO IX - SISTEMAS DE GOVERNO E REELEIÇÃO DOS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL NO BRASIL	
PROFESSOR CELSO RIBEIRO BASTOS	287
PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO	
1- AS DIFERENÇAS ENTRE PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO	293
2- TIPOS FUNDAMENTAIS DE PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO	299
Presidencialismo ou Parlamentarismo?	302
O Círculo Vicioso dos Partidos	303
Presidencialismo e Parlamentarismo, Tema Candente	307
3- O TIPO DE SISTEMA DE GOVERNO IDEAL PARA O BRASIL	309
Divórcio entre Estado e Nação	312

TOMO X - PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO	
PROFESSOR IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	317

TOMO XI - O CONGRESSO NACIONAL COMO PODER CONSTITUINTE	
PROFESSOR ANDRÉ RAMOS TAVARES	329
1- CONCEITOS BÁSICOS E PROPOSTA DE ANÁLISE	329
2- O PODER CONSTITUINTE UMA APROXIMAÇÃO	
Histórica e Teórica	331
3- A FORÇA DO PODER CONSTITUINTE	334
4- A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE	337
4.1- A Assembléia Constituinte de 1823	340
4.2- A elaboração da Constituição de 1891	341
4.3- A elaboração da Constituição de 1934	342

4.4- A imposição da Constituição de 1937	342
4.5- A elaboração da Constituição de 1946	342
4.6- A Constituição de 1967	342
4.7- O surgimento da Constituição de 1988	343
5- LIMITES AO PODER CONSTITUINTE	344
6- O MOMENTO DE RUPTURA E A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE	346
7- O PODER CONSTITUINTE REVOLUCIONÁRIO E O PODER CONSTITUINTE POSTERIOR (SEQÜENCIAL)	350
8- A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PELOS PARLAMENTARES	351
9- LIMITAÇÕES À COMPETÊNCIA DE REFORMA CONSTITUCIONAL DO CONGRESSO NACIONAL	354
10- UMA NOVA CONCEPÇÃO DA COMPETÊNCIA REFORMADORA: AS REVISÕES CONSTITUCIONAIS E O PAPEL DO CONGRESSO NACIONAL	355
11- IDÉIAS FINAIS	357

**TOMO XII - A VISÃO DO CONGRESSO NORTE AMERICANO E
EUROPEU SOBRE O LOBBY EM UMA DEMOCRACIA
MODERNA E GLOBALIZADA**

CARLO BARBIERI	363
-----------------------------	-----

**TOMO XIII - AS MEDIDAS PROVISÓRIAS E O
CONGRESSO NACIONAL**

NEWTON JOSÉ DE OLIVEIRA NEVES	375
1- INTRODUÇÃO	375
2- ORIGEM DA MEDIDA PROVISÓRIA	375
3- DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE O DECRETO-LEI E A MEDIDA PROVISÓRIA	377
4- DA INSTITUIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA TENDO COMO FINALIDADE A CRIAÇÃO DO REGIME PARLAMENTARISTA	378
5- LIMITAÇÕES DA MEDIDA PROVISÓRIA	379
6- DA IMPOSSIBILIDADE DA REEDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA	382
7- DA IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA AO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA	384
8- O CONTROLE JUDICIAL DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS	386
9- CONCLUSÕES	389
10- BIBLIOGRAFIA	393

**TOMO XIV - REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989**

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	397
TÍTULO I	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	398

CAPÍTULO I	
DA SEDE (art. 1º)	398
CAPÍTULO II	
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS (art. 2º)	398
CAPÍTULO III	
DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS	399
Seção I	
Da Posse dos Deputados (arts. 3º e 4º)	399
Seção II	
Da Eleição da Mesa (arts. 5º a 8º)	400
CAPÍTULO IV	
DOS LÍDERES (arts. 9º a 11)	403
CAPÍTULO V	
DOS BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA E DA MINORIA (arts. 12 e 13)	404
TÍTULO II	
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA	405
CAPÍTULO I	
DA MESA	405
Seção I	
Disposições Gerais (arts. 14 e 15)	405
Seção II	
Da Presidência (arts. 16 a 18)	408
Seção III	
Da Secretaria (art. 19)	411
CAPÍTULO II	
DO COLÉGIO DE LÍDERES (art. 20)	412
CAPÍTULO III	
DA PROCURADORIA PARLAMENTAR (art. 21)	412
CAPÍTULO IV	
DAS COMISSÕES	413
Seção I	
Disposições Gerais (arts. 22 a 24)	413
Seção II	
Das Comissões Permanentes	415
<i>Subseção I</i>	
<i>Da Composição e Instalação (arts. 25 a 28)</i>	<i>415</i>
<i>Subseção II</i>	
<i>Das Subcomissões e Turmas (arts. 29 a 31)</i>	<i>417</i>
<i>Subseção III</i>	
<i>Das Matérias ou Atividades de Competência das Comissões (art. 32)</i>	<i>418</i>
Seção III	
Das Comissões Temporárias (art. 33)	428
<i>Subseção I</i>	
<i>Das Comissões Especiais (art. 34)</i>	<i>428</i>

<i>Subseção II</i>	
<i>Das Comissões Parlamentares de Inquérito (arts. 35 a 37)</i>	429
<i>Subseção III</i>	
<i>Das Comissões Externas (art. 38)</i>	431
Seção IV	
Da Presidência das Comissões (arts. 39 a 42)	431
Seção V	
Dos Impedimentos e Ausências (arts. 43 e 44)	434
Seção VI	
Das Vagas (art. 45)	434
Seção VII	
Das Reuniões (arts. 46 a 48)	435
Seção VIII	
Dos Trabalhos	437
<i>Subseção I</i>	
<i>Da Ordem dos Trabalhos (arts. 49 a 51)</i>	437
<i>Subseção II</i>	
<i>Dos Prazos (art. 52)</i>	438
Seção IX	
Da Admissibilidade e da Apreciação das Matérias pelas Comissões (arts. 53 a 59)	439
Seção X	
Da Fiscalização e Controle (art. 60 e 61)	443
Seção XI	
Da Secretaria e das Atas (arts. 62 e 63)	444
Seção XII	
Do Assessoramento Legislativo (art. 64)	445
TÍTULO III	
DAS SESSÕES DA CÂMARA	446
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS (arts. 65 a 78)	446
CAPÍTULO II	
DAS SESSÕES PÚBLICAS	451
Seção I	
Do Pequeno Expediente (arts. 79 a 81)	451
Seção II	
Da Ordem do Dia (arts. 82 a 86)	453
Seção III	
Do Grande Expediente (arts. 87 e 88)	455
Seção IV	
Das Comunicações de Lideranças (art. 89)	455
Seção V	
Das Comunicações Parlamentares (art. 90)	455
Seção VI	
Da Comissão Geral (art. 91)	456

CAPÍTULO III	
DAS SESSÕES SECRETAS (arts. 92 a 94)	456
CAPÍTULO IV	
DA INTERPRETAÇÃO E OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO	458
Seção I	
Das Questões de Ordem (art. 95)	458
Seção II	
Das Reclamações (art. 96)	459
CAPÍTULO V	
DA ATA (arts. 97 a 99)	459
TÍTULO IV	
DAS PROPOSIÇÕES	461
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS (arts. 100 a 107)	461
CAPÍTULO II	
DOS PROJETOS (arts. 108 a 112)	464
CAPÍTULO III	
DAS INDICAÇÕES (art. 113)	466
CAPÍTULO IV	
DOS REQUERIMENTOS	467
Seção I	
Sujeitos a Despacho Apenas do Presidente (art. 114)	467
Seção II	
Sujeitos a Despacho do Presidente, Ouvida a Mesa (arts. 115 e 116)	468
Seção III	
Sujeitos a Deliberação do Plenário (art. 117)	469
CAPÍTULO V	
DAS EMENDAS (arts. 118 a 125)	471
CAPÍTULO VI	
DOS PARECERES (arts. 126 a 130)	474
TÍTULO V	
DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	475
CAPÍTULO I	
DA TRAMITAÇÃO (arts. 131 a 136)	475
CAPÍTULO II	
DO RECEBIMENTO E DA DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES (arts. 137 a 143)	476
CAPÍTULO III	
DA APRECIÇÃO PRELIMINAR (arts. 144 a 147)	480
CAPÍTULO IV	
DOS TURNOS A QUE ESTÃO SUJEITAS AS PROPOSIÇÕES (arts. 148 e 149)	481
CAPÍTULO V	
DO INTERSTÍCIO (art. 150)	481

CAPÍTULO VI	
DO REGIME DE TRAMITAÇÃO (art. 151)	482
CAPÍTULO VII	
DA URGÊNCIA	483
Seção I	
Disposições Gerais (art. 152)	483
Seção II	
Do Requerimento de Urgência (arts. 153 a 156)	483
Seção III	
Da Apreciação de Matéria Urgente (art. 157)	484
CAPÍTULO VIII	
DA PRIORIDADE (art. 158)	485
CAPÍTULO IX	
DA PREFERÊNCIA (arts. 159 e 160)	486
CAPÍTULO X	
DO DESTAQUE (arts. 161 e 162)	487
CAPÍTULO XI	
DA PREJUDICIALIDADE (arts. 163 e 164)	489
CAPÍTULO XII	
DA DISCUSSÃO	490
Seção I	
Disposições Gerais (arts. 165 a 170)	490
Seção II	
Da Inscrição e do Uso da Palavra	491
<i>Subseção I</i>	
<i>Da Inscrição de Debatedores (arts. 171 e 172)</i>	<i>491</i>
<i>Subseção II</i>	
<i>Do Uso da Palavra (arts. 173 a 175)</i>	<i>492</i>
<i>Subseção III</i>	
<i>Do Aparte (art. 176)</i>	<i>493</i>
Seção III	
Do Adiamento da Discussão (art. 177)	493
Seção IV	
Do Encerramento da Discussão (art. 178)	494
Seção V	
Da Proposição Emendada Durante a Discussão (art. 179)	494
CAPÍTULO XIII	
DA VOTAÇÃO	495
Seção I	
Disposições Gerais (art. 180 a 183)	495
Seção II	
Das Modalidades e Processos de Votação (arts. 184 a 188)	496
Seção III	
Do Processamento da Votação (arts. 189 a 191)	499

Seção IV	
Do Encaminhamento da Votação (art. 192).....	501
Seção V	
Do Adiamento da Votação (art. 193)	502
CAPÍTULO XIV	
DA REDAÇÃO DO VENCIDO, DA REDAÇÃO FINAL E DOS AUTÓGRAFOS	
(arts. 194 a 200)	502
TÍTULO VI	
DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS	504
CAPÍTULO I	
DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (arts. 201 a 203)	504
CAPÍTULO II	
DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM	
SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA (art. 204).....	506
CAPÍTULO III	
DOS PROJETOS DE CÓDIGO (arts. 205 a 213)	506
CAPÍTULO III-A	
DOS PROJETOS DE CONSOLIDAÇÃO	509
CAPÍTULO IV	
DAS MATÉRIAS DE NATUREZA PERIÓDICA	510
Seção I	
Dos Projetos de Fixação da Remuneração dos Membros do Congresso Nacional, do	
Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado (art. 214)	
.....	510
Seção II	
Da Tomada de Contas do Presidente da República (art. 215)	511
CAPÍTULO V	
DO REGIMENTO INTERNO (art. 216)	511
CAPÍTULO VI	
DA AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL	
CONTRA O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E OS	
MINISTROS DE ESTADO (art. 217)	512
CAPÍTULO VII	
DO PROCESSO NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE E	
DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE MINISTROS DE	
ESTADO (art. 218)	513
CAPÍTULO VIII	
DO COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO (arts. 219 a 223)	514
CAPÍTULO IX	
DA PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO	
NACIONAL E NO CONSELHO DA REPÚBLICA (arts. 224 e 225).....	516
TÍTULO VII	
DOS DEPUTADOS	517
CAPÍTULO I	
DO EXERCÍCIO DO MANDATO (arts. 226 a 234)	517

CAPÍTULO II	
DA LICENÇA (arts. 235 a 237)	520
CAPÍTULO III	
DA VACÂNCIA (arts. 238 a 240)	521
CAPÍTULO IV	
DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE (arts. 241 a 243)	523
CAPÍTULO V	
DO DECORO PARLAMENTAR (art. 244 a 248)	524
CAPÍTULO VI	
DA LICENÇA PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA DEPUTADO (arts. 249 a 251)	525
TÍTULO VIII	
DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	527
CAPÍTULO I	
DA INICIATIVA POPULAR DE LEI (art. 252)	527
CAPÍTULO II	
DAS PETIÇÕES E REPRESETAÇÕES E OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO (arts. 253 e 254)	528
CAPÍTULO III	
DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (arts. 255 a 258)	528
CAPÍTULO IV	
DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES E DA IMPrensa (arts. 259 a 261)	529
TÍTULO IX	
DA ADMINISTRAÇÃO E DA ECONOMIA INTERNA	530
CAPÍTULO I	
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 262 A 264)	530
CAPÍTULO II	
DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL (arts. 265 e 266)	532
CAPÍTULO III	
DA POLÍCIA DA CÂMARA (arts. 267 a 273)	532
CAPÍTULO IV	
DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA (art. 274)	534
CAPÍTULO V	
DO SISTEMA DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO (arts. 275 a 278)	534
TÍTULO X	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (arts 279 a 282)	537
TOMO XV - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL	
PARTE I – REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL	541
TÍTULO I	
DO FUNCIONAMENTO	541
CAPÍTULO I	
DA SEDE	541

CAPÍTULO II	
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS	541
CAPÍTULO III	
DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS	541
TÍTULO II	
DOS SENADORES	542
CAPÍTULO I	
DA POSSE	542
CAPÍTULO II	
DO EXERCÍCIO	544
CAPÍTULO III	
DOS ASSENTAMENTOS	544
CAPÍTULO IV	
DA REMUNERAÇÃO	545
CAPÍTULO V	
DO USO DA PALAVRA	545
CAPÍTULO VI	
DAS MEDIDAS DISCIPLINARES	548
CAPÍTULO VII	
DAS HOMENAGENS DEVIDAS EM CASO DE FALECIMENTO	549
CAPÍTULO VIII	
DAS VAGAS	550
CAPÍTULO IX	
DA SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES	552
CAPÍTULO X	
DA AUSÊNCIA E DA LICENÇA	552
CAPÍTULO XI	
DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE	554
TÍTULO III	
DA MESA	554
CAPÍTULO I	
DA COMPOSIÇÃO	554
CAPÍTULO II	
DAS ATRIBUIÇÕES	555
CAPÍTULO III	
DA ELEIÇÃO	559
TÍTULO IV	
DOS BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA, DA MINORIA E DAS LIDERANÇAS	559
TÍTULO V	
DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA	561
TÍTULO VI	
DAS COMISSÕES	562
CAPÍTULO I	
DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	562

CAPÍTULO II	
DA COMPOSIÇÃO	563
CAPÍTULO III	
DA ORGANIZAÇÃO	564
CAPÍTULO IV	
DA SUPLÊNCIA, DAS VAGAS E DAS SUBSTITUIÇÕES	565
CAPÍTULO V	
DA DIREÇÃO	566
CAPÍTULO VI	
DA COMPETÊNCIA	567
Seção I	
Disposições Gerais	567
Seção II	
Das Atribuições Específicas	570
CAPÍTULO VII	
DAS REUNIÕES	575
CAPÍTULO VIII	
DOS PRAZOS	578
CAPÍTULO IX	
DAS EMENDAS APRESENTADAS PERANTE AS COMISSÕES	579
CAPÍTULO X	
DOS RELATORES	580
CAPÍTULO XI	
DOS RELATÓRIOS E PARECERES	580
Seção I	
Dos Relatórios	580
Seção II	
Dos Pareceres	581
CAPÍTULO XII	
DAS DILIGÊNCIAS	583
CAPÍTULO XIII	
DA APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS ENVIADOS ÀS COMISSÕES	584
CAPÍTULO XIV	
DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	585
TÍTULO VII	
DAS SESSÕES	586
CAPÍTULO I	
DA NATUREZA DAS SESSÕES	586
CAPÍTULO II	
DA SESSÃO PÚBLICA	587
Seção I	
Da Abertura e Duração	587
Seção II	
Da Hora do Expediente	588

Seção III	
Da Ordem do Dia	590
Seção IV	
Do Término do Tempo da Sessão	594
Seção V	
Da Prorrogação da Sessão	594
Seção VI	
Da Assistência à Sessão	594
Seção VII	
Da Divulgação das Sessões	595
Seção VIII	
Da Sessão Extraordinária	595
CAPÍTULO III	
DA SESSÃO SECRETA	596
CAPÍTULO IV	
DA SESSÃO ESPECIAL	597
CAPÍTULO V	
DAS ATAS E DOS ANAIS DAS SESSÕES	598
Seção I	
Das Atas	598
Seção II	
Dos Anais	599
TÍTULO VIII	
DAS PROPOSIÇÕES	600
CAPÍTULO I	
DAS ESPÉCIES	600
Seção I	
Das Propostas de Emenda à Constituição	600
Seção II	
Dos Projetos	600
Seção III	
Dos Requerimentos	600
Seção IV	
Das Indicações	603
Seção V	
Dos Pareceres	604
Seção VI	
Das Emendas	604
CAPÍTULO II	
DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	605
CAPÍTULO III	
DA LEITURA DAS PROPOSIÇÕES	607
CAPÍTULO IV	
DA AUTORIA	607

CAPÍTULO V	
DA NUMERAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	608
CAPÍTULO VI	
DO APOIAMENTO DAS PROPOSIÇÕES	609
CAPÍTULO VII	
DA PUBLICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	609
CAPÍTULO VIII	
DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	609
CAPÍTULO IX	
DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO	611
CAPÍTULO X	
DA TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO DE PROPOSIÇÕES	612
CAPÍTULO XI	
DOS PARECERES REFERENTES ÀS PROPOSIÇÕES	612
CAPÍTULO XII	
DAS SINOPSES E RESENHAS DAS PROPOSIÇÕES	615
CAPÍTULO XIII	
DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	615
Seção I	
Dos Turnos	615
Seção II	
Da Discussão	616
Seção III	
Do Interstício	618
Seção IV	
Do Turno Suplementar	618
Seção V	
Das Emendas da Câmara a Projeto do Senado	618
Seção VI	
Da Votação	619
Subseção I	
<i>Do Quorum</i>	619
Subseção II	
<i>Das Modalidades de Votação</i>	620
Subseção III	
<i>Da Proclamação do Resultado da Votação</i>	623
Subseção IV	
<i>Do Processamento da Votação</i>	623
Subseção V	
<i>Do Encaminhamento da Votação</i>	626
Subseção VI	
<i>Da Preferência</i>	626
Subseção VII	
<i>Do Destaque</i>	627

<i>Subseção VIII</i>	
<i>Do Adiamento da Votação</i>	628
<i>Subseção IX</i>	
<i>Da Declaração de Voto</i>	629
CAPÍTULO XIV	
DA REDAÇÃO DO VENCIDO E DA REDAÇÃO FINAL	629
CAPÍTULO XV	
DA CORREÇÃO DE ERRO	630
CAPÍTULO XVI	
DOS AUTÓGRAFOS	631
CAPÍTULO XVII	
DAS PROPOSIÇÕES DE LEGISLATURAS ANTERIORES	632
CAPÍTULO XVIII	
DA PREJUDICIALIDADE	632
CAPÍTULO XIX	
DO SOBRESTAMENTO DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES	632
CAPÍTULO XX	
DA URGÊNCIA	633
Seção I	
Disposições Gerais	633
Seção II	
Do Requerimento de Urgência	634
Seção III	
Da Apreciação da Matéria Urgente	635
Seção IV	
Da Extinção da Urgência	636
Seção V	
Da Urgência que Independe de Requerimento	637
TÍTULO IX	
DAS PROPOSIÇÕES SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS	637
CAPÍTULO I	
DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	637
CAPÍTULO II	
DOS PROJETOS DE CÓDIGO	640
CAPÍTULO III	
DOS PROJETOS COM TRAMITAÇÃO URGENTE ESTABELECIDDA PELA CONSTITUIÇÃO	641
CAPÍTULO IV	
DOS PROJETOS REFERENTES A ATOS INTERNACIONAIS	642
TÍTULO X	
DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS	643
CAPÍTULO I	
DO FUNCIONAMENTO COMO ÓRGÃO JUDICIÁRIO	643

CAPÍTULO II	
DA ESCOLHA DE AUTORIDADES	644
CAPÍTULO III	
DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LEI INCONSTITUCIONAL	646
CAPÍTULO IV	
DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 52 E 155 DA CONSTITUIÇÃO	646
Seção I	
Da Autorização para Operações Externas de Natureza Financeira	646
Seção II	
Das Atribuições Estabelecidas na Constituição, art. 52, VI, VII, VIII e IX	647
Seção III	
Das Atribuições Relativas à Competência Tributária dos Estados e do Distrito Federal	648
Seção IV	
Disposições Gerais	648
TÍTULO XI	
DO COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO	649
TÍTULO XII	
DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO	650
TÍTULO XIII	
DA QUESTÃO DE ORDEM	651
TÍTULO XIV	
DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS	652
TÍTULO XV	
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO	652
PARTE II – RESOLUÇÕES CONEXAS	654
RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1989	654
RESOLUÇÃO Nº 96, DE 1989	654
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1992	661
RESOLUÇÃO Nº 39, DE 1992	661
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1993	665
RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993	666
CAPÍTULO I	
DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO SENADOR	666
CAPÍTULO II	
DAS VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS	666
CAPÍTULO III	
DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR	667
CAPÍTULO IV	
DAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS	668
CAPÍTULO V	
DAS MEDIDAS DISCIPLINARES	669
CAPÍTULO VI	
DO PROCESSO DISCIPLINAR	671

CAPÍTULO VII	
DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	673
CAPÍTULO VIII	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	674
RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1993	675
RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1993	678
RESOLUÇÃO Nº 37, DE 1995	682
RESOLUÇÃO Nº 40, DE 1995	684
RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1995	685
CAPÍTULO I	
DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	685
CAPÍTULO II	
DOS LIMITES DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	685
CAPÍTULO III	
DA AUTORIZAÇÃO DO SENADO FEDERAL	689
CAPÍTULO IV	
DA RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	692
CAPÍTULO V	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	693
RESOLUÇÃO Nº 70, DE 1995	695
RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1996	696
RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1996	697
RESOLUÇÃO Nº 95, DE 1996	698
RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1997	698
PARTE III – ATO DO CONGRESSO NACIONAL	699
CONGRESSO NACIONAL	699
EDITORIAL	699
PARTE IV – PARECERES CONEXOS	702
PARECER Nº 173, DE 1990	702
PARECER Nº 252, DE 1990	715
PARECER Nº 480, DE 1990	721
PARECER Nº 296, DE 1991	729
PARECER Nº 252, DE 1993	733
PARECER Nº 131, DE 1996	735
PARTE V – LEGISLAÇÃO: LEIS, DECRETOS LEGISLATIVOS E DECRETOS	745
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994	745
Seção I	
Do Defensor Público Geral e do Subdefensor Público Geral da União	745
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	745
PARTE PRIMEIRA	746
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTROS DE ESTADO	746
TÍTULO I	746
CAPÍTULO I	
DOS CRIMES CONTRA A EXISTÊNCIA DA UNIÃO	746

CAPÍTULO II	
DOS CRIMES CONTRA O LIVRE EXERCÍCIO DOS PODERES	
CONSTITUCIONAIS	747
CAPÍTULO III	
DOS CRIMES CONTRA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS	
INDIVIDUAIS E SOCIAIS	748
CAPÍTULO IV	
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA INTERNA DO PAÍS	749
CAPÍTULO V	
DOS CRIMES CONTRA A PROIBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO	749
CAPÍTULO VI	
DOS CRIMES CONTRA A LEI ORÇAMENTÁRIA	750
CAPÍTULO VII	
DOS CRIMES CONTRA A GUARDA E LEGAL EMPREGO DOS	
DINHEIROS PÚBLICOS	750
CAPÍTULO VIII	
DOS CRIMES CONTRA O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES	
JUDICIÁRIAS	750
TÍTULO II	
DOS MINISTROS DE ESTADO	751
PARTE SEGUNDA - PROCESSO E JULGAMENTO	751
TÍTULO ÚNICO	
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTROS DE ESTADO	751
CAPÍTULO I	
DA DENÚNCIA	751
CAPÍTULO II	
DA ACUSAÇÃO	752
CAPÍTULO III	
DO JULGAMENTO	754
PARTE TERCEIRA	756
TÍTULO I	756
CAPÍTULO I	
DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	756
CAPÍTULO II	
DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	756
TÍTULO II	
DO PROCESSO E JULGAMENTO	756
CAPÍTULO I	
DA DENÚNCIA	756
CAPÍTULO II	
DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA	759
CAPÍTULO III	
DA SENTENÇA	760
PARTE QUARTA	761
TÍTULO ÚNICO	761

CAPÍTULO I	
DOS GOVERNADORES E SECRETÁRIOS DOS ESTADOS	761
CAPÍTULO II	
DA DENÚNCIA, ACUSAÇÃO E JULGAMENTO	761
<i>Disposições Gerais</i>	762
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	763
LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964	764
LEI Nº 7.087, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1982	765
Seção II	
Da Escolha dos Membros da Administração do IPC	765
LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989	766
LEI Nº 8.041, DE 5 DE JUNHO DE 1990	766
LEI Nº 8.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991	768
LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993	770
LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994	778
CAPÍTULO II	
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	778
LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995	779
CAPÍTULO II	
DA AUTORIDADE MONETÁRIA	779
DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993	780
DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994	782
DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1995	783
DECRETO Nº 52.795, DE 1963	785
TÍTULO IX	
DAS REDES DE RADIODIFUSÃO	785
DECRETO Nº 91.961, DE 1985	786
TOMO XVI - REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL	
PARTE I - REGIMENTO COMUM	789
RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 1970	789
TÍTULO I	
DIREÇÃO, OBJETO E CONVOCAÇÃO DAS SESSÕES CONJUNTAS	789
TÍTULO II	
DOS LÍDERES	790
TÍTULO III	
DAS COMISSÕES MISTAS	790
TÍTULO IV	
DA ORDEM DOS TRABALHOS	793
CAPÍTULO I	
DAS SESSÕES EM GERAL	793
Seção I	
Disposições Preliminares	793
Seção II	
Da Ordem do Dia	795

Seção III	
Da Apreciação das Matérias	795
Seção IV	
Das Modalidades de Votação	797
Seção V	
Do Processamento da Votação	798
Seção VI	
Da Redação Final e dos Autógrafos	799
CAPÍTULO II	
DAS SESSÕES SOLENES	800
Seção I	
Normas Gerais	800
Seção II	
Da Inauguração de Sessão Legislativa	800
Seção III	
Da Posse do Presidente e do Vice-Presidente da República	801
Seção IV	
Da Recepção a Chefe de Estado Estrangeiro	802
CAPÍTULO III	
DAS MATÉRIAS LEGISLATIVAS	802
Seção I	
Da Proposta de Emenda à Constituição	802
Seção II	
Do Projeto de Lei de Iniciativa do Presidente da República	802
Seção III	
Do Projeto de Lei Orçamentária	803
Seção IV	
Do Veto	804
Seção V	
Dos Decretos-leis	805
Seção VI	
Das Impugnações do Tribunal de Contas	805
Seção VII	
Da Delegação Legislativa	805
Seção VIII	
Da Reforma do Regimento Comum	807
TÍTULO V	
DAS QUESTÕES DE ORDEM	808
TÍTULO VI	
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS SOBRE O PROCESSO LEGISLATIVO	808
CAPÍTULO I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	808
CAPÍTULO II	
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE MATÉRIAS COM TRAMITAÇÃO	

EM PRAZO DETERMINADO	809
CAPÍTULO III	
DOS PROJETOS ELABORADOS POR COMISSÃO MISTA	809
TÍTULO VII	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	810
PARTE II - RESOLUÇÕES CONEXAS	811
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1989-CN	811
RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1989-CN	816
RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1990-CN	816
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1995-CN	819
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1995-CN	820
CAPÍTULO I	
DA COMPOSIÇÃO	820
CAPÍTULO II	
DA DIREÇÃO	822
CAPÍTULO III	
DO FUNCIONAMENTO	823
Seção I	
Dos Procedimentos	823
Seção II	
Dos Prazos	828
CAPÍTULO IV	
DISPOSIÇÕES GERAIS	831
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1996-CN	832
PARTE III - DECISÕES DA PRESIDÊNCIA	834
COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	834
MESA DO CONGRESSO NACIONAL	835
PARTE IV - PARECER	835
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	
REDAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	835
Parecer da Comissão	835
CONSULTA S/Nº, DE 1990	836
PARTE V - LEGISLAÇÃO CONEXA: LEIS E DECRETOS LEGISLATIVOS	838
LEI Nº 4.319, DE 16 DE MARÇO DE 1964	838
LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989	838
LEI Nº 8.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991	839
LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995	841
CAPÍTULO II	
DA AUTORIDADE MONETÁRIA	841
LEI Nº 9.276, DE 9 DE MAIO DE 1996	843
DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1972	844
CAPÍTULO I	
DOS GRAUS	844
CAPÍTULO II	
DA CONDECORAÇÃO	844

CAPÍTULO III	
DO CONSELHO	845
CAPÍTULO IV	
DA ADMISSÃO E DA PROMOÇÃO NA ORDEM	846
CAPÍTULO V	
DAS PROPOSTAS	847
CAPÍTULO VI	
DAS NOMEAÇÕES	848
CAPÍTULO VII	
DA ENTREGA DAS CONDECORAÇÕES	848
CAPÍTULO VIII	
DO LIVRO DE REGISTRO	848
DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993	849
DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1994	850
DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994	851
DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1995	852
PARTE VI - REGIMENTO COMUM:	
Dispositivos Revogados	854
REGIMENTO COMUM	
REDAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES REVOGADAS	854
TÍTULO I	
DIREÇÃO, OBJETO E CONVOCAÇÃO DAS SESSÕES CONJUNTAS	854
TÍTULO III	
DAS COMISSÕES MISTAS	854
TÍTULO IV	
DA ORDEM DOS TRABALHOS	854
CAPÍTULO III	
DAS MATÉRIAS LEGISLATIVAS	854
Seção I	
Da Proposta de Emenda à Constituição	854
Seção II	
Do Projeto de Lei de Iniciativa do Presidente da República	856
Seção III	
Do Projeto de Lei Orçamentária	857
Seção IV	
Do Veto	859
Seção V	
Dos Decretos-leis	859
Seção VI	
Das Impugnações do Tribunal de Contas	859
Seção VII	
Da Delegação Legislativa	860
TÍTULO VI	
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS SOBRE O PROCESSO LEGISLATIVO	860

CAPÍTULO II	
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE MATÉRIAS COM TRAMITAÇÃO EM PRAZO DETERMINADO	860
LEI COMPLEMENTAR Nº 95 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.	867
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA	867
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	867
CAPÍTULO II	
DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS	867
Seção I	
Da Estruturação das Leis	867
Seção II	
Da Articulação e da Redação das Leis	868
Seção III	
Da Alteração das Leis	870
CAPÍTULO III	
DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS E OUTROS ATOS NORMATIVOS	871
Seção I	
Da Consolidação das Leis	871
Seção II	
Da Consolidação de Outros Atos Normativos	872
CAPÍTULO IV	
DISPOSIÇÕES FINAIS	872
Decreto nº 2.954 de 29 de Janeiro de 1999	873
CAPÍTULO I	
DA ELABORAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS	873
Âmbito de Aplicação	873
Seção I	
Das Regras Básicas de Elaboração Competência para Proposta	873
Plano Legislativo	874
Autorização Legislativa	874
Regulamentação de Lei	874
Leis Extravagantes e Matérias Diversas na mesma Lei	874
Aferição de resultados	874
Parágrafo único	875
Alteração de Regime	875
Normas Penais	875
Normas Tributárias	875
Normas Processuais	875
Remissões	876
Vigência e Contagem de Prazo	876
Cláusula de Revogação	876
Consulta Pública	876

Seção II	
Da Numeração dos Atos Legais e Regulamentares	877
Numeração de Leis	877
Numeração de Medidas Provisórias	877
Numeração de Decretos	877
Seção III	
Da Articulação e da Técnica Redacional	877
Articulação	877
Técnica Redacional	880
Seção IV	
Da Alteração ou Retificação dos Atos Normativos Formas de Alteração	881
Ementa de Alteração	881
Republicação de Lei Alterada	881
Retificação	882
CAPÍTULO II	
DA APRESENTAÇÃO E TRAMITAÇÃO DOS ATOS SUJEITOS	
A APRECIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	882
Encaminhamento de Propostas	882
Exposições de Motivos	882
Referenda	883
Análise de Mérito	883
Análise Jurídica	883
Rejeição de Proposta	883
Sanção e Veto do Projeto de Lei	883
CAPÍTULO III	
DA APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	884
Condições para Edição de Medidas Provisórias	884
Encaminhamento de Proposta de Medida Provisória	884
Proposta de Alteração de Medida Provisória	884
CAPÍTULO IV	
DA COMPETÊNCIA DA CASA CIVIL DA	
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	885
Cumprimento do presente Decreto	885
Supervisão da Elaboração Normativa	885
Regulamentação de Leis	885
Coordenação das Consolidações	885
Republicação de Decretos	886
CAPÍTULO V	
DA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DE ATOS NORMATIVOS	886
Comissões de Consolidação	886
Comissões de Especialistas	886
Comissões Mistas e Matérias	886
Matrizes de Consolidação	887
Tratamento de Medidas Provisórias	887
Alterações Admitidas nas Consolidações de Leis	887

Encaminhamento dos Projetos de Lei de Consolidação	888
Fundamentação dos Projetos de Consolidação	888
Solução e Controvérsias pela Advocacia-Geral da União	888
Consolidação de Decretos	889
CAPÍTULO VI	
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS	889
Constituição de Comissões dependentes da Presidência da República	889
Comissões para Elaboração de Anteprojetos de Lei	890
Consulta Pública e Encaminhamento dos Projetos de Consolidação	890
Divulgação de Projetos	890
Vigência	891
Revogações	891
Anexo I	
QUESTÕES QUE DEVEM SER ANALISADAS NA ELABORAÇÃO DE ATOS	
NORMATIVOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	
1- Deve ser tomada alguma providência?	891
2- Quais as alternativas disponíveis?	891
3- Deve a União tomar alguma providência? Dispõe ela de competência	
constitucional ou legal para fazê-lo?	892
4- Deve ser proposta uma lei?	892
5- Deve a lei ter prazo de vigência limitado?	893
6- Deve ser editada uma medida provisória?	893
7- Deve ser tomada alguma providência neste momento?	893
8- A densidade que se pretende conferir ao ato normativo é a apropriada?	893
9- As regras propostas afetam direitos fundamentais? As regra	
propostas afetam garantias institucionais?	894
10- O ato normativo corresponde às expectativas dos cidadãos	
e é inteligível para todos?	896
11- O ato normativo é exequível?	896
12- Existe uma relação equilibrada entre custos e benefícios?	897
DECRETOS	
Decretos nº 3.132 de 09/08/1999 - DOU 10/08/1999	898
BIBLIOGRAFIA	
	901

